

**IFRJ – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO
BACHARELADO EM PRODUÇÃO CULTURAL**

LUIZA SOARES DE FREITAS

**OS CONSELHOS DE CULTURA NO BRASIL
E OS CONTEXTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS QUE OS
TRANSFORMARAM AO LONGO DO TEMPO**

Nilópolis - RJ

2017

LUIZA SOARES DE FREITAS

OS CONSELHOS DE CULTURA NO BRASIL
E OS CONTEXTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS QUE O
TRANSFORMARAM AO LONGO DO TEMPO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Bacharelado em Produção Cultural, como cumprimento parcial das exigências para a conclusão do curso.

Orientadora: Ana Luísa Soares da Silva

Nilópolis – RJ

2017

IFRJ – CAMPUS NILÓPOLIS

F862o Freitas, Luiza Soares

Os Conselhos de Cultura no Brasil e os contextos históricos e sociais que os transformaram ao longo do tempo / Luiza Soares de Freitas; Orientadora Ana Luísa Soares da Silva -- Nilópolis, RJ, 2017.

62 .f., il ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Produção Cultural - Instituto Federal Rio de Janeiro - IFRJ, como cumprimento parcial das exigências para conclusão de curso.

LUIZA SOARES DE FREITAS

OS CONSELHOS DE CULTURA NO BRASIL

**E OS CONTEXTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS QUE O TRANSFORMARAM AO
LONGO DO TEMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do
Curso de Bacharelado em Produção Cultural, como
cumprimento das exigências para a conclusão do curso.

Aprovada em ___ de _____ de 2017.

Conceito: _____ (_____)

Banca Examinadora

Profa. Mestre Ana Luísa Soares da Silva (Orientadora)

Profa. Mestre Deborah Rebello Lima

Profa. Especialista Renata Lima Silêncio

DEDICATÓRIA

Aos meus pais por não pouparem esforços, amor e educação para que eu me tornasse o ser humano que sou hoje. Aos grandes mestres do IFRJ Nilópolis que me proporcionaram tanto conhecimento e fizeram este sonho se tornar possível. E em especial à minha orientadora que me acompanhou, aconselhou e organizou minhas idéias durante todo este processo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo à Deus que me deu o dom mais precioso que tenho: minha vida e por cuidar de mim com tanto zelo durante estes vinte e dois anos. À Nossa Senhora de Guadalupe por ter me revelado tanto amor e me auxiliado na busca da minha vocação, para que hoje eu pudesse terminar este curso.

Aos meus pais que, permitindo que eu viesse à vida, me ensinaram muito do que sei e exerço hoje. Obrigada pelos esforços incansáveis na minha educação e pelo apoio de tudo que sonho na minha vida pessoal e profissional. Agradeço à minha mãe que me ajudou em absolutamente toda a estrutura física e psicológica que eu precisei ter para ir atrás desse objetivo de me graduar numa instituição federal de ensino e viveu de perto esses quatro anos de luta, esforço e cansaço ao meu lado. Ao meu pai, agradeço por ser este exemplo maravilhoso de honestidade, fé e determinação e que durante toda minha vida, eu possa alcançar um pouco destas e tantas outras qualidades que o cercam.

À Família Soares, que foi a melhor família escolhida para que eu pudesse nascer. Vocês constituem a base mais forte que reconheço como amor, cumplicidade, fraternidade, companheirismo e unidade. Somos um e a conquista de um de nós é a conquista de todos nós. Obrigada por todo incentivo que tive quando tomei a decisão de cursar este bacharelado e todo apoio estrutural que cada um, dentro das suas habilidades e conhecimentos, me auxiliaram.

Ao meu melhor amigo e companheiro dos últimos anos que estive ao meu lado me ajudando em cada decisão profissional e ouvindo todas as reclamações e conquistas a cada novo semestre, me fazendo sempre tomar a melhor decisão e me fazendo ser uma pessoa melhor.

Aos amigos que Deus me deu nos mais variados momentos da vida e que me sustentam, me aconselham, dão forças para continuar a jornada da vida e a tornam muito mais feliz.

Aos amigos que o IFRJ me trouxe (Andre, Clara, Gabrielle, Regina e Viviane), obrigada por fazerem meus dias em Nilópolis serem muito mais divertidos, interessantes e únicos. Obrigada pelas aventuras desses quatro anos, por todos os trabalhos, seminários, fotos, discussões, planos, idéias e tudo mais que nos cerca quando estamos juntos. Com certeza será a parte da faculdade que mais sentirei falta.

Aos amigos que ganhei na SEC - RJ (Ana Cunha, Ana Pacheco, Clarissa, Cleise, Mary, Regina e Thiago), que me proporcionaram um aprendizado profissional e humano muito grande, e que me aproximaram da realidade da gestão pública pela ótica de quem faz a diferença pra melhor e que luta pelos direitos da cultura a favor da sociedade. Vocês são grande exemplo para mim!

Por fim agradeço ao IFRJ Nilópolis por este tempo de convivência. Foram muitas as dificuldades institucionais que enfrentei, muitas mesmo! Porém todo conhecimento que adquiri nestes quatro anos foi através desta instituição. E é só através de oportunidades de ensino como esta que poderemos mudar a educação no Brasil.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória histórica dos Conselhos de Cultura no Brasil desde 1930 até o presente momento. Propõe-se a observar seus contextos sociais, composições, forma de organização, principais ações e motivos tanto da criação, quanto extinção. Fará também uma comparação entre eles, utilizando a estrutura de um quadro. Para tanto, faz-se um breve estudo sobre o conceito de conselhos gestores e das políticas culturais brasileiras.

Palavras-chave: Conselhos de Cultura; Políticas Culturais; Conselhos Gestores

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O QUE SÃO CONSELHOS?	12
3. A TRAJETÓRIA DOS CONSELHOS DE CULTURA NO BRASIL	19
3.1 CONSELHO NACIONAL DE CULTURA.....	19
3.1.1 Principal ação: As Caravanas da Cultura	25
3.2 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA.....	27
3.2.1 As Casas de Cultura	30
3.2.2 O Plano Nacional de Cultura	31
3.2.3 Caminhos trilhados após a Política Nacional de Cultura	32
3.3 CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL.....	34
3.3.1 Ações do CNPC	39
4. QUADRO COMPARATIVO	41
5. RUMOS ATUAIS	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
ANEXOS	57

1. INTRODUÇÃO

Fui atraída para o curso de bacharelado em Produção Cultural através da paixão pela música que sempre me cercou durante toda a vida. Na perspectiva de não querer me tornar uma artista em si, me encantei pela grade curricular que contemplava a área por trás das cortinas que me interessava. Conforme os semestres foram passando e as matérias eram apresentadas, me interessei por outras áreas. Percebi que em mesas de debate e aulas magnas que discutiam algum tema que tinha influência do Estado para a difusão da cultura me interessavam e despertavam-me o interesse de pesquisar e aprender mais sobre o assunto.

No quarto período desta trajetória cursei a disciplina de Políticas Culturais, onde confirmei meu interesse em estudar esta área. Nos períodos seguintes, cursei algumas disciplinas com a professora Ana Luísa, onde me foram apresentados mais contextos históricos das políticas públicas no Brasil e influências que leis, posições políticas e governos tinham sobre o desenvolvimento a cultura e nas suas diversas manifestações.

Ao final do ano de 2015, me inseri profissionalmente na gestão pública através de um estágio no setor de Políticas Culturais da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, que durou um ano. Durante este período tive contato com diversas áreas da gestão pública, pude experimentar muito do potencial que ela pode ser tendo bons profissionais e sendo valorizada pelos governantes. Um dos maiores passos trilhados neste ano e que tive o privilégio de ver e conhecer de perto foi a montagem e a atuação do Conselho Estadual de Política Cultural.

Chegando ao final do curso, percebi que pouco se falava sobre esses conselhos gestores dentro da própria instituição de ensino, visto que não me lembrava de ter ouvido sobre o assunto durante esses anos de estudo, mas apenas em cursos de extensão e pesquisas individuais. Com isso, decidi me dedicar numa monografia que abrigasse este tema.

O objetivo de escrever sobre os Conselhos de Cultura no Brasil, seus contextos históricos e influências que tiveram, é de poder observar há quanto tempo este tipo de política é utilizada e procurar entender como e porque elas se modificaram, qual era a forma com que os conselhos se estruturavam, sua composição, os trabalhos que realizaram, de que forma interferiam nas políticas

públicas, que peso tinham nas decisões políticas. Para também tentar descobrir quais foram os benefícios e malefícios que este tipo de gestão ocasionou, para que aprendendo com os erros do passado, possamos enxergar um futuro com mais clareza e decisões acertadas.

A metodologia do trabalho se baseou em bibliografias de artigos, trabalhos, livros e documentos como decretos de instituição e extinção dos conselhos ao longo do tempo e nos sites do Ministério da Cultura e do Conselho Nacional de Políticas Cultural.

O trabalho está dividido em três capítulos para uma compreensão gradativa e histórica do tema. No primeiro capítulo apresento a conceituação de conselhos e o que é um conselho gestor, falo sobre como surgiram e em qual momento histórico começaram a ser utilizados pelo poder público. Já no segundo capítulo, discorro sobre a história dos conselhos de cultura: o Conselho Nacional de Cultura, o Conselho Federal de Cultura e o Conselho Nacional de Política Cultural. Escrevo sobre suas composições, sobre como eram regulamentados, quais as principais ações que realizaram no tempo em que estiveram atuantes e as dificuldades que enfrentaram. No último capítulo traço um panorama dos rumos atuais e a relação do Conselho Nacional de Política Cultural com a política pública de cultura nacional. Este último é baseado praticamente todo desde o início do primeiro governo de Dilma Rousseff, a segunda gestão até o momento atual que vivenciamos desde sua retirada do poder. Ainda apresento aqui um quadro comparativo dos três conselhos e seus diferentes momentos de atuação proporcionando uma melhor visualização do material pesquisado. Nas considerações finais faço um balanço de tudo que foi apresentado sobre o desenvolvimento dessa pesquisa, minha singela contribuição para os estudos da área e sugiro algumas alternativas para o crescimento e valorização das políticas culturais no Brasil, do Conselho Nacional de Política Cultural e de suas ações.

2. O QUE SÃO CONSELHOS?

No Brasil essa relação entre órgãos colegiados e governo federal se estabelece desde 1930. Os conselhos servem para descentralizar a gestão e atender aos interesses gerais da população na formação de políticas próprias para uma determinada área. Um conselho em geral pode ser consultivo¹, deliberativo², fiscalizador³, normativo⁴ ou ainda ter uma ou mais funções destas acumuladas.

Os primeiros tipos de conselhos a surgir foram os Conselhos Técnicos⁵. Segundo Eli Diniz (1999:28)

Os conselhos técnicos, no Brasil, foram criados a partir dos anos 1930, principalmente na área da política econômica. Previstos pela Constituição de 1934, em seu artigo 103, tinham por função assessorar o Estado na formulação de políticas e na tomada de decisões referentes a diversas áreas. Alguns eram dotados de poderes normativos e deliberativos, outros exerciam apenas funções de natureza consultiva.

Alguns órgãos técnicos que surgiram neste período foram o Conselho Nacional do Café, no ano de 1931, que tinha entre suas finalidades cuidar em algum nível de como a produção do café se daria no país. Eram celebrados convênios entre o Estado e o Conselho por meio de decretos, e também estudava novos meios de processo e análises das necessidades da época para expandir o mercado do café. Outro que pode ser citado é o Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934. Todos os membros deste eram indicados pelo presidente Getúlio Vargas e a maioria deles deveria ser representante de um órgão federal. Um dos objetivos deste conselho era promover o desenvolvimento das exportações em geral, propondo trocas e acordos para alargar cada vez mais o mercado do comércio exterior e também estimular um maior consumo nacional da produção brasileira. Em 1937, foi criado o Conselho Técnico de Economia e Finanças, que era um órgão de assistência do Ministério da Fazenda e suas funções eram fazer estudos e pareceres ligados a economia e finanças em geral, dívidas interna e externa,

¹ Apenas emite suas opiniões acerca dos assuntos que lhe são propostos.

² Discute e decide sobre quais estratégias serão utilizadas para a manutenção das políticas públicas referentes a ele.

³ Acompanha e controla os atos dos governantes.

⁴ Regulamentam as ações que serão desenvolvidas.

⁵ São formados por técnicos da respectiva área de atuação do conselho e não tem obrigatoriedade de um caráter deliberativo.

organização bancária, transferência de valores para o exterior, entre outros. Sua composição também era feita por nomeações do Presidente da República. E o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, criado em 1944, ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Era um órgão consultivo e todos os seus membros eram também de nomeação da presidência. Havia remuneração para o mandato de conselheiro, como serviço relevante ao país e sua finalidade era estudar, planejar e indicar medidas de adaptação necessárias para a expansão da economia e atividades industriais brasileiras, intercâmbio mais intenso entre as zonas econômicas do país e com o exterior.

A partir da Constituição de 1988⁶, também chamada de Constituição Cidadã, uma nova visão sobre a política pública foi implementada. Ela adotou como princípio geral a cidadania e assim, conceitos sobre participação social na democracia e um novo papel do Estado para a construção de uma sociedade democrática foram estabelecidos na lei. Em relação à cultura, no artigo número 215 previu que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Constituição de 1988). E isto baseou a estrutura de conselhos que está sendo proposta hoje pelo poder público. Uma construção de gestão transversal que não apenas coloca a sociedade como espectadora das ações públicas, mas a envolve de maneira com que a faça criar alternativas para um desenvolvimento ainda mais eficaz. Isto também acaba protegendo o governo de críticas negativas da própria população. Pois não são somente os interesses públicos que estão sendo pautados, mas o povo também está gerindo, se mobilizando e pensando novos meios de solidificar ações.

Com isso, a forma com que os conselhos técnicos eram apresentados já não atendia mais às demandas deste novo modelo. Portanto, a grande novidade nos anos de 1990 foram os conselhos gestores, que trouxeram um caráter interinstitucional para a administração pública. Eles estão previstos na constituição e em outras leis específicas de estados e municípios e que regulamentam suas ações como conselhos deliberativos, com representação da sociedade civil e do Poder Executivo. Sua função é ser mediador entre a sociedade e o Estado.

⁶ Lei suprema da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Tem como principal característica a restauração de um Estado democrático de direito, extinguindo uma posição autoritária do governo vivida pela ditadura que a antecedeu.

Os conselhos gestores de políticas públicas, nascidos nos anos 1980, são inovações institucionais que tiveram sua origem no processo de democratização e que tem como objetivo promover a participação, deliberação e controle da gestão pública. (CALABRE, 2013, p. 11)

Estruturas com este modelo de gestão descentralizada e participativa foram surgindo em diversos níveis de administração governamental (federal, estadual e municipal). Na esfera federal podemos citar como exemplos alguns ligados aos serviços públicos de saúde, educação e cultura, como o Conselho Nacional de Saúde⁷, Conselho Nacional de Educação⁸ e Conselho Nacional de Política Cultural, respectivamente. Na esfera municipal é possível falar do Conselho Municipal de Educação de São Paulo⁹. E em relação aos estados, usamos como exemplo o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo¹⁰. Ou seja, diversas áreas foram contempladas com esta nova visão que a Constituição Cidadã apresentou e novas pessoas foram inseridas neste objetivo de descentralização da gestão. Os Conselhos Gestores, segundo GOHN (2006, p. 7)

estão inscritos na Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população. As novas estruturas inserem-se, portanto, na esfera pública e, por força de lei, integram-se com os órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo, voltados para políticas públicas específicas, responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das áreas em que atuam.

⁷ Conselho Nacional de Saúde (CNS) foi instituído pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, mas até 1990 era um órgão consultivo do Ministério da Saúde, cujos membros eram indicados pelo Ministro de Estado. O Decreto n.º 99.438, de 7 de julho de 1990 deu novas atribuições ao conselho e definiu a participação de representantes de usuários, trabalhadores da saúde, gestores e prestadores de serviço da saúde. O conselho é atuante até o presente momento.

⁸ É um órgão colegiado integrante do Ministério da Educação. O conselho foi criado através da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995. Sua principal função é colaborar com a formulação da Política Nacional de Educação e assessorar o Ministro da Educação, exercendo ações de caráter normativo e deliberativo. O conselho está atuando até o presente momento.

⁹ Foi um órgão normativo e deliberativo, com estrutura colegiada, composto por representantes do Poder Público, trabalhadores da educação e da comunidade. Foi criado através da Lei Municipal nº 10.429, de 24 de fevereiro de 1988. Ficou ativo até julho de 1990 quando teve suas atividades suspensas.

¹⁰ Foi criado através da Lei Estadual nº 8.074, de 21 de outubro de 1992, vinculado ao Gabinete do Governador do Estado. É constituído por quarenta membros e uma das suas principais funções é a participação na elaboração das políticas públicas que atendam às demandas das crianças e dos adolescentes. Funciona até o presente momento.

Os conselhos gestores são compostos de forma paritária, ou seja, há a participação da sociedade civil e do poder público. Diferentemente de conselhos comunitários, populares ou de fóruns civis não governamentais, que há apenas a participação de representantes da sociedade civil, pois nesse contexto o poder está na força e mobilização que a população terá.

Outro tipo de conselho existente é o conselho técnico, que já foi citado anteriormente, pois existiam nas estruturas públicas no passado e que, na sua grande maioria eram também conselhos de “notáveis”, pois as indicações presidenciais eram geralmente de membros do poder público ou de especialistas daquela área.

Existem ainda os conselhos temáticos, que não estão ligados à nenhuma legislação federal e não gerenciam recursos públicos, porém estão ligados à legislação de um estado ou município e discutem sobre as questões específicas daquela localidade.

Entretanto, ainda que um conselho gestor tenha caráter deliberativo, isto não garante que as decisões serão implementadas naquele contexto, pois não existe aparato legal que obrigue o poder Executivo a aceitar e implementar as decisões dos conselheiros. O que caracteriza ainda mais a função deles, pois os conselhos não são criados para legislar, mas para cobrar os legisladores, fazer pressão sobre o governo a respeito de temas que a sociedade não concorde e, principalmente mobilizar a população para que também se interessem pelas discussões que serão colocadas em pauta e provavelmente terão influência na vida de cada um. O risco desta mesma característica se tornar negativa é que se os responsáveis por comandar e gerir as leis de determinado local não estiverem dispostos a governar com base no interesse da sociedade, não haverá esta gestão transversal entre a população e o Estado.

Portanto, segundo GOHN (2006, P. 7) “Os Conselhos Gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese, eles são dotados de potencial de transformação política.” O que torna esse potencial de transformação política tão grande, é que eles detêm em suas mãos as ferramentas para a mudança das políticas junto ao poder público. Se estes trabalhos forem postos em prática da forma mais organizada e justa, nossa maneira de pensar políticas públicas, muda

para uma maneira de realizar os interesses da população extremamente democrática e comprometida.

Sobre o papel dos conselhos gestores há duas posições divergentes: a primeira delas é a que se baseia num órgão de caráter consultivo e, com isso, sejam apenas auxiliares ao Poder Legislativo. A segunda é constituir os conselhos com caráter fiscalizador do Executivo, trabalhando obviamente dentro da sua área e seguindo um modelo de gestão descentralizada. Esta última só se concretizará se o governo vigente entender que conflitos de interesses inevitavelmente aparecerão e que faz parte dessa decisão. Para isso, questões como a participação social na democracia e a cidadania devem estar como eixos essenciais para a finalidade daquela administração. A partir daí, o papel dos conselhos se constitui na melhor forma de criar estratégias para um funcionalismo eficiente da gestão entre Estado e sociedade para o desenvolvimento das políticas públicas.

Os conselhos gestores não substituem o Poder Legislativo. Eles atuam em áreas específicas e não tem poder, nem respaldo jurídico sobre as questões gerais que são de responsabilidade do Poder Legislativo. A participação da sociedade se insere não para atuar como o Estado, mas para fiscalizá-lo e fazer com que suas obrigações constitucionais sejam cumpridas.

Um grave problema que pode ser enfrentado com relação à implementação dos conselhos gestores é o de negar sua essência deliberativa. Formar um conselho que meramente expõe suas opiniões sem poder executar qualquer ação colaborativa com o governo, não basta. Pois isso nega a função principal do mesmo, que é de descentralização da gestão na democracia e corre-se o risco de apenas ações e propostas que sejam de interesses dos governantes sejam contemplados.

Após a Constituição de 1988, na década de 1990, a cultura na administração pública começa a ser vista como um seguimento diferente da educação e que precisa de uma atenção específica. Começa-se a pensar, estudar e analisar políticas próprias para a cultura, já que a participação da sociedade na gestão pública é repensada para que se torne uma forma mais democrática.

Esta mudança na visão da administração pública é essencial para o desenvolvimento do caminho que foi percorrido até hoje e de tão igual importância para os dias futuros. REIS (2003, p. 140) diz que

A importância de uma política cultural claramente definida é reconhecida quando se considera a cultura como um dos pilares de desenvolvimento da

sociedade, promovendo a identidade de um povo, incentivando sua criação e participação, oferecendo um cimento único e multifacetado, onde o respeito à diversidade é pressuposto básico de existência.

Se ela é um dos pilares de desenvolvimento da sociedade, naturalmente a cultura acompanha e é acompanhada pelos outros pilares como a economia, educação, turismo. Quando se entende a cultura desse modo, a política pública de desenvolvimento será inspirada por ela própria. Ou seja, tudo o que for produto ou manifestação cultural, que naturalmente será importante para a sociedade ou parte dela, deverá mover as políticas para que os interesses daquele produto sejam viabilizados. Esse contexto aplicado no Brasil se traduz no dever de olhar e compreender as diversas manifestações culturais que existem em cada parte do país, democratizar o acesso e a fruição da cultura na sociedade por meio das políticas públicas que forem construídas neste pilar de desenvolvimento.

Fazer um bom uso das realidades e oportunidades de pluralismo cultural que existem no país, transforma as diversas formas de se fazer cultura em uma sociedade multicultural. Com isso, a cultura não é criada somente a partir de um grupo social para ser apreciada pelos demais, mas cria-se um processo de desenvolvimento e criação de produtos culturais em todas as camadas da população. Cada um se expressa e se comunica de forma diferente de outro e mesmo assim todos são vistos e reconhecidos. Olhando por esse ângulo, é possível construir uma democracia cultural e ampliar a representação e a oferta de produtos e manifestações artísticas da diversidade cultural de nosso país.

A política cultural deve entender que cada ser humano adquire um gosto por um tipo de arte, de folclore ou manifestação cultural, mas não é função dela estimular um ou outro tipo destes, mas deve dar a oportunidade de todos experimentarem esses diversos tipos de se fazer cultura. Muito do gosto que cada um forma em relação ao tipo de arte que consome vem do contexto social em que a pessoa está inserida. Entretanto, as políticas públicas de cultura servem para levar a todas as pessoas a maior quantidade de arte e cultura que for possível, pois assim, não privará sua população de se encantar com coisas que estejam fora do contexto social em que cada um vive. Por isso os conselhos gestores são tão importantes, pois tendo representações de diferentes contextos sociais presentes, a probabilidade de mais tipos de produtos culturais serem vistos e inseridos nas

políticas, aumenta. E daí também vem a ideia de que os conselhos tenham representantes eleitos pela sociedade civil. Assim, há ainda mais a possibilidade de existir diversidade de representantes e também é uma forma de tornar o conselho gestor mais democrático e transversal.

A participação é um processo de aprendizagem que promove o crescimento da consciência crítica dos cidadãos e contribui para que os serviços prestados à população sejam mais eficazes na medida em que correspondem à percepção que estes têm de suas próprias necessidades.

(CANEDO, 2009, p. 4)

3. A TRAJETÓRIA DOS CONSELHOS DE CULTURA NO BRASIL

3.1 Conselho Nacional de Cultura

Em 1930, o presidente Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde (MES)¹¹. Francisco Campos ficou a sua frente até o ano de 1934. A partir deste ano, Gustavo Capanema o substituiu e ficou como ministro até 1945.

O ministro Capanema contou com nomes consagrados, tais como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Heitor Villa-Lobos, Manuel Bandeira, entre outros. A gestão de Capanema foi marcada por um processo de construção institucional do campo da cultura, ainda que, segundo Cecília Londres (2001:85), essa não fosse uma das prioridades do ministro, “que em seu discurso de posse deu destaque à educação nacional, à saúde pública e à assistência social”. Durante os 11 anos em que Capanema esteve à frente do ministério não houve um setor que não tivesse recebido atenção. CALABRE (2009, p. 16)

No dia 1º de julho de 1938, através do Decreto-lei 526, sob o regime do Estado Novo¹², foi criado o primeiro conselho da área da cultura à nível nacional, chamado de Conselho Nacional de Cultura (CNC) como órgão de cooperação do MES. A função dele era coordenar todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento cultural que fossem realizadas pelo ministério ou que tinham controle ou influência do mesmo. Segundo o próprio decreto que regulamentou o funcionamento do conselho, citado acima, as atividades relacionadas ao desenvolvimento cultural eram:

- a) a produção filosófica, científica e literária;
- b) o cultivo das artes;
- c) a conservação do patrimônio cultural (patrimônio histórico, artístico, documentário, bibliográfico, etc.)

¹¹Criado em 14 de novembro de 1930, foi um dos primeiros atos de Getúlio Vargas e desenvolvia ações de diversas áreas como saúde, educação, cultura, esporte e meio ambiente. Em 1953 abrigou a pasta da Saúde ganhou um ministério e o MES se tornou Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura e alguns anos depois a lei federal de 1992 transformou o MEC em Ministério da Educação e do Esporte. Só em 1995 este ministério passou a se responsabilizar apenas pela educação.

¹² Iniciou-se em 1937 através de um Golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas, atual presidente e durou até o ano de 1945. Deu-se através da ideia do combate ao comunismo e que na verdade só possibilitou que Getúlio Vargas ficasse mais tempo no poder.

- d) o intercâmbio intelectual;
 - e) a difusão cultural entre as massas através dos diferentes processos de penetração espiritual (o livro, o rádio, o teatro, o cinema, etc.);
 - f) a propaganda e a campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias;
 - g) a educação cívica através de toda sorte de demonstrações coletivas;
 - h) a educação física (ginástica e esportes);
 - i) a recreação individual ou coletiva.
- (BRASIL, 1938)

Também era responsabilidade do Conselho Nacional de Cultura fazer balanços de atividades realizadas em todo território nacional, sendo elas públicas ou privadas, com a finalidade de delinear as diretrizes que cada Instituição Cultural deveria trilhar, para que se pudesse ter um melhor proveito no desenvolvimento cultural. O conselho poderia sugerir ao poder público medidas que visassem à ampliação e o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos pelo ministério e para a realização de atividades culturais. E, por último, deveria estudar as instituições culturais privadas, com a finalidade de opinar sobre os incentivos que o governo lhes concedia.

A composição do Conselho Nacional de Cultura era feita por indicação do Presidente da República, sendo nomes consagrados da área da cultura. Ao todo eram sete membros. Quatro destes deveriam ser diretores ou altos funcionários de órgãos de cultura existentes dentro do ministério.

Percebe-se que o conceito de “desenvolvimento cultural” que o governo tinha, tomando por base o decreto que cria o Conselho Nacional de Cultura, era extremamente amplo. Não só era função do conselho trabalhar nas questões relacionadas às artes, patrimônio cultural, a produção científica e filosófica, como também questões ligadas ao lazer, educação física, ginástica e esportes. E ainda atuar em favor do patriotismo na sociedade.

Se por um lado a abrangência de assuntos que o conselho deveria coordenar era grande, por outro, sua atuação era bem restrita. Como já mencionado acima, o conselho era um órgão consultivo, tendo como principal responsabilidade, estudar e levantar dados para dar auxílio e sugestões ao ministério.

Como diz Lilian Lustosa (LUSTOSA, 2012, p.3), a documentação sobre este período do Conselho Nacional de Cultura é bem pouca e não há informações sobre

como ou se atuou, se haviam recursos próprios destinados às suas obrigações e documentações sobre a lista de conselheiros e alguma mudança que porventura tenha ocorrido neste tempo.

Em 23 de fevereiro de 1961, o presidente Jânio Quadros cria o Conselho Nacional de Cultura, subordinado à Presidência da República. Porém, o texto do decreto não fazia nenhuma menção ao criado em 1938. Não era do conhecimento do presidente que o CNC ainda existia, pelo menos juridicamente. As atribuições destinadas à ele no decreto são:

- a) estabelecer a política cultural do Govêno, mediante plano geral a ser elaborado, e programas anuais de aplicação;
- b) estudar e opinar sôbre todos os assuntos de natureza cultural que lhe forem submetidos pela Presidência da República;
- c) sugerir à Presidência da República medidas de estímulo à atividade cultural;
- d) proceder ao balanço das atividades culturais em todo o País, de caráter público ou privado, relacionando os órgãos e entidades que as exercem, para o fim de coordenar a ação do Govêno frente tôdas as instituições culturais existentes, visando o maior rendimento de sua ação;
- e) propor ao Govêno a reestruturação, ampliação ou extinção de órgãos culturais da União a sua articulação dentro do plano geral de estímulo à cultura e a criação de órgãos novos para atender as necessidades de desenvolvimento cultural do País;
- f) manter atualizado um registro de tôdas as instituições culturais de caráter privado do País para fim de opinar quanto às subvenções, auxílios ou quaisquer outras medidas de iniciativa do Govêno Federal;
- g) apresentar anualmente à Presidência da República um relatório sôbre as atividades culturais do País e sôbre as atividades culturais do País e sôbre a ação desenvolvida pelo próprio Conselho;
- h) apreciar, prèviamente, os programas de trabalho anualmente elaborados pelas Comissões criadas pelo artigo 2º, bem como decidir sôbre quaisquer outras sugestões dessas Comissões;
- i) cooperar com os periódicos de difusão cultural do País, contribuindo para assegurar a sua continuidade;
- j) editar uma revista destinada a difusão cultural das artes e da cultura e ao registro das atividades culturais em todo o País;
- k) estudar e desenvolver medidas no sentido da população da cultura, inclusive através da manutenção de estação emissora de rádio e de televisão;

- l) estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura e propôr convênios com órgãos dessa natureza, para unidade e desenvolvimento da política cultural do País;
 - m) elaborar o Regulamento Interno do Conselho e aprovar o das Comissões a êle subordinadas;
 - n) articular-se com todos os órgãos culturais da União, podendo requisitar dêles o que necessitar para o cumprimento de suas atribuições.
- (BRASIL, 1961)

Comparando apenas as atribuições do conselho instituído por Getúlio Vargas em 1938 e o instituído por Jânio Quadros em 1961, nota-se uma diferença estrutural bem grande. O segundo tem o objetivo de criar políticas públicas para a cultura e era um conselho deliberativo.

O novo conselho tinha maiores poderes para articular uma política pública para a cultura, diferente do outro que apenas deveria estudar e sugerir ações. Pela primeira vez é pensado num plano nacional¹³ direcionado para a cultura, e quem tem a responsabilidade de criá-lo e elaborar ações para a sua implantação é o CNC. Ficam a cargo do conselho a elaboração de um mapeamento das atividades culturais no país e o fomento à instalação de Conselhos Estaduais de Cultura. (DUARTE; DUARTE, 2014).

Além disso, o conselho era composto por cinco comissões: Comissão Nacional de Literatura; Comissão Nacional de Teatro; Comissão Nacional de Cinema; Comissão Nacional de Música e Dança; Comissão Nacional de Artes Plásticas. Cada uma delas tinha um presidente e quatro outros membros, todos indicados pelo Presidente da República, sendo pertencente àquele seguimento artístico, ou tendo reconhecido valor cultural. Cada comissão elegia seu presidente. A Comissão Nacional de Cinema atuava como Conselho Consultivo do GEICINE (Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica), portanto era a única que poderia ser integrada por nove membros. Os outros integrantes do CNC eram um Secretário Geral, um representante do Ministério da Educação, do Ministério da Fazenda, do Ministério das Relações Exteriores, Universidade do Brasil. Cada membro tinha mandato de dois anos e que podia ser prorrogado por mais dois. Havia remuneração para todos os membros e ajuda de custo para despesas de viagem para pessoas

¹³ Plano Nacional é uma lei que tem por objetivo organizar o planejamento e a implementação de políticas públicas de longo prazo e cria metas para se alcançar o objetivo final.

que não morassem na cidade da sede do conselho, que deveria ser a mesma que a sede da Capital da República. O Presidente do conselho seria escolhido pelo Presidente da República, dentre os presidentes de cada comissão.

A ideia das comissões de cada seguimento se torna mais uma boa opção posta em prática pelo Conselho Nacional de Cultura. Desse modo é possível pensar políticas específicas para as demandas daquele setor. Os momentos históricos e demandas são diferentes para cada seguimento artístico. Usar dessa divisão gera um olhar mais profundo sobre cada um deles e pode subsidiar até contribuições entre eles. Outro ponto válido de ser colocado em pauta é que tendo membros especialistas de cada área, pode haver um tipo de contribuição diferenciada para possíveis planos de difusão daquele seguimento. Esta proposta é retomada no Conselho Nacional de Política Cultural, que tem colegiados setoriais que se preocupam com uma diversidade enorme de áreas onde a cultura está inserida. Além de adotar os seguimentos artísticos mais comuns, acrescenta outros lugares de atuação que são importantes para a difusão da cultura brasileira e que permitem a atuação do conselho.

No momento de sua fundação, as comissões do CNC eram compostas por: uma Comissão Nacional de Literatura da qual faziam parte: Alceu do Amoroso de Lima, Jorge Amado¹⁴, Carlos Drummond de Andrade, Belarmino Austregésilo de Athayde (presidente), Antônio Cândido de Melo e Souza e Mário Pedrosa; uma Comissão Nacional de Artes Plásticas: Francisco Matarazzo Sobrinho (presidente), Augusto Rodrigues, Geraldo Benedito Gonçalves Ferraz, Lívio Abramo e Oscar Niemeyer¹⁵; uma Comissão Nacional de Cinema: Flávio Tambellini (presidente) Antonio Moniz Viana, Rubem Biáfara, Francisco Luiz de Almeida Sales e Lola Brah; uma Comissão Nacional de Teatro: Clóvis Garcia (presidente), Alfredo

¹⁴ Jorge Amado nasceu no dia 10 de agosto de 1912, em Itabuna, Bahia. *O país do carnaval*, de 1931 primeiro romance, o segundo romance foi *Cacau*. Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, fez parte da Academia Brasileira de Letras na cadeira de número 23. Sua obra literária foi adaptada para o cinema, teatro, televisão e foi tema de escolas de samba em todo território nacional. Seus livros tiveram traduções feitas para 49 idiomas, além de exemplares em braille e em formato de audiolivro. Ganhou diversos prêmios nacionais e internacionais. Jorge Amado morreu no dia 6 de agosto de 2001.

¹⁵ Nasceu no dia 15 de dezembro de 1907 e morreu no dia 5 de dezembro de 2012. Foi um arquiteto brasileiro, considerado uma das figuras mais importantes no desenvolvimento da arquitetura moderna. Ficou famoso pelos projetos de edifícios cívicos que realizou pra cidade de Brasília, a capital do Brasil. Niemeyer foi um grande artista e um dos maiores arquitetos de sua geração.

Mesquita, Cacilda Becker, Nelson Rodrigues¹⁶ e Décio de Almeida Prado; uma Comissão Nacional de Música e Dança: José Cândido de Andrade Muricy (Presidente), Otto Maria Carpeaux, Eleazar de Carvalho, Heitor Alimonda e Edino Krieger; e uma Comissão Nacional de Filosofia e Ciências Sociais: Djacir Menezes, Sérgio Buarque de Hollanda¹⁷, Dom Clemente Isnard, Euríalo Canabrava e Gilberto Freyre. Uma análise do perfil dos intelectuais que integravam as Comissões deixa entrever uma estreita proximidade dos escolhidos com suas respectivas áreas de atuação artística. Eram nomes reconhecidos em suas especialidades, contendo atores como Alfredo Mesquita e Cacilda Becker, crítico de cinema como Flávio Tambellini e Rubem Biáfora, de músicos como Edino Krieger e Heitor Alimonda e de sociólogos como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. DUARTE; DUARTE (2014, p.4 e 5)

O Conselho Nacional de Cultural implementado por Jânio Quadros não funcionou por muito tempo. Em agosto de 1961 (mesmo ano em que foi criado), Jânio Quadros renuncia à presidência e no dia 23 de março de 1962, o órgão foi reformulado através do Decreto nº 771. O documento fazia referência ao conselho criado em 1938. Após ser instalado, ele passou a fazer parte do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Segundo Calabre (2009, p. 61), “a maioria das atribuições do decreto de 1961 foi mantida. As comissões permaneceram as mesmas, porém como órgãos de assessoramento do conselho, que poderia ou não ser consultadas.”

O Decreto modificou o número de conselheiros, que passou a ser de sete membros designados pelo presidente. Quatro destes, pelo menos, deveriam ser servidores ou diretores de órgãos do MEC. Os outros deveriam ser pessoas notoriamente consagradas na área cultural além de um representante do Ministério das Relações Exteriores. Cada membro faria a indicação de um suplente e ficaria a cargo do Ministro de Educação e Cultura designar quais seriam eles e escolher um Secretário Geral e o presidente para o conselho.

¹⁶ Nasceu em 1912, no Recife. Escreveu uma das peças mais famosas do Brasil e que o consagrou no cenário das artes cênicas, chamada Vestido de Noiva. Escreveu romances, contos e crônicas e deixou um legado de 17 peças teatrais. Morreu no Rio de Janeiro, em 1980.

¹⁷ Nasceu em 11 de julho de 1902, e faleceu em 24 de abril de 1982. Foi escritor, jornalista, crítico literário e importante historiador brasileiro que deu aulas em diversas universidades do país. Coordenou um projeto chamado "História Geral da Civilização Brasileira", no qual escreveu diversos artigos. Ganhou o Prêmio Juca Pato em 1979 e o Prêmio Jabuti em 1980.

As comissões de cada seguimento artístico instituídas em 1961 não foram extintas, entretanto sua função agora era assessorar o CNC. Segundo o Decreto nº 771, no décimo artigo, as funções do presidente do conselho eram:

- a) dirigir os trabalhos do Conselho;
- b) convocar extraordinariamente o Conselho;
- c) declarar aprovadas as resoluções que merecerem maioria de votos dos membros do Conselho;
- d) designar servidores para os trabalhos técnicos e administrativos do Conselho. mediante indicação do Secretário Geral;
- e) designar membros para as Comissões do Conselho;
- f) deliberar sobre os casos omissos no presente Decreto, baixando instruções necessárias para o funcionamento do Conselho.

No artigo seguinte ficam claras as funções do Secretário Geral:

- a) substituir o Presidente do Conselho Nacional de Cultura nos seus impedimentos, exercendo as atribuições indicadas no artigo anterior, excetuadas as previstas nas letras *d, e e f*;
- b) coordenar os trabalhos do Conselho e distribuir matéria para estudo aos membros do Conselho e aos membros de Comissões;
- c) organizar o Plano Nacional de Cultura para cada exercício e apresentar, ao fim do mesmo, relatório das realizações do Conselho.

3.1.1 Principal ação: as Caravanas da Cultura

O principal projeto que este conselho realizou, foram as Caravanas da Cultura, tendo como mentor Paschoal Carlos Magno¹⁸, secretário geral do Conselho Nacional de Cultura. E que ocorreram entre 1963 e 1964. Seu objetivo era levar para diversos lugares do país manifestações artísticas e culturais, com foco no interior do país, que na época tinha mais da metade da sua população vivendo no campo. O projeto terminou pois após o golpe militar de 1964, as atividades do conselho foram encerradas. No entanto, a ideia inicial era que alcançassem todo o Brasil.

¹⁸ Ator, poeta, teatrólogo e diplomata brasileiro. Nasceu em 13 de janeiro de 1906 e faleceu em 24 de maio de 1980. Foi um grande nome tanto do teatro quanto da administração pública. Em 1929, criou a Casa do Estudante Brasileiro, em 1938, o Teatro do Estudante do Brasil (TEB). Foi diretor artístico da Companhia Jayme Costa, criou as Caravanas da Cultura, organizou em 1944o Curso de Férias de Teatro, que deu início ao Teatro Experimental do Negro. Em 1952, inaugurou o Teatro Duse, que promovia o trabalho dos novos autores.

Inicialmente, a Caravana deveria visitar dezoito cidades entre o estado da Guanabara e de Alagoas, atravessando cinco estados através da BR-4. Em cada cidade visitada seriam apresentados espetáculos de teatro e de bailado, de ópera e de música (clássica e popular), de danças típicas, de fantoches, de ginástica aplicada, recitais de poesia e exposições de pintura e de arquitetura do Rio de Janeiro, de rendas de Santa Catarina, acompanhadas por palestras e conferências. (LUSTOSA, 2012, p.9)

Diversos tipos de atividades eram apresentadas pelas ruas das cidades durante o dia como teatro, música, poesia, ópera, artesanato, danças, exposições de artes plásticas e arquitetura. Palestras e conferências também faziam parte da programação. Alguns órgãos colaboraram com as caravanas. Foram estes: o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o Museu Nacional de Belas-Artes e a Cinemateca de São Paulo e o Instituto Nacional do Livro, que doava publicações para aumentar o acervo das bibliotecas nas cidades em que a caravana passava, discos de música clássica e popular brasileira para serem guardadas e tocadas nas estações de rádio, e assinaturas anuais de publicações de literaturas aos liceus que estavam em sua rota.

As cidades que recebiam as caravanas deveriam oferecer estadia e alimentação para o grupo de integrantes, principalmente quando este demoraria mais de vinte e quatro horas no local. Uma parte das despesas era custeada pelo próprio CNC.

A primeira e última parte da Caravana Cultural Rio-Bahia realizou “174 espetáculos para crianças e 20 para adultos, 26 toneladas de livros distribuídos entre liceus e bibliotecas, cerca de 4.000 discos entregues às rádios locais e 134 assinaturas anuais de dez publicações de arte ou literatura” (DUARTE; DUARTE, 2014, p. 6). O projeto percorreu os estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia, Sergipe e Alagoas.

Após presenciarem o sucesso e o objetivo da Caravana serem alcançados, o secretário do Conselho Nacional de Cultura, Paschoal de Carlos Magno, e o Ministro da Educação e Cultura, Julio Sambaqui, apresentaram ao presidente João Goulart a proposta de organizarem mais trinta e seis Caravanas. Além dos elementos que compunham a primeira fase, seriam realizados também exibições de filmes e doações de livros à escolas. E o encerramento das caravanas, culminaria no I

Seminário de Cultura na Fazenda Nova, próximo ao município de Caruaru, em Pernambuco, onde as onze caravanas se encontrariam.

Outro projeto chamado Rede Nacional de Cultura chegou a ser elaborado pelo conselho, e que contaria com a parceria dos estados para circulação de peças nos teatros oficiais que existiam no país.

3.2 Conselho Federal de Cultura

Em março de 1964, o país sofreu um golpe militar e todas as ações do conselho foram paralisadas, inclusive as Caravanas da Cultura. No ano de 1965, uma comissão foi criada para discutir as bases de um plano nacional de cultura. Faziam parte dela Josué Montello¹⁹, que a presidia, Adonias Filho, Augusto Meyer²⁰, Murilo Miranda, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Américo Jacobina Lacombe. A partir dessa comissão que trabalhou juntamente com o MEC, foi proposto a criação de um novo Conselho, que teria como missão formular uma política cultural para o Brasil. Em meados de 1966 surgiu o Conselho Federal de Cultura (CFC), tomando como exemplo o Conselho Federal de Educação²¹. “Para os elaboradores da proposta, o Conselho Nacional de Cultura não tinha efetiva atuação nacional, limitava-se a ações pontuais, de pouca abrangência.” (CALABRE, 2009, p. 68).

Aceitando a proposta, foi criado o CFC através do Decreto-lei nº 74 em 21 de novembro de 1966, composto por vinte e quatro membros dentre reconhecidas personalidades da cultura brasileira e de idoneidade reconhecida, nomeados pelo Presidente da República. Este decreto revogava o de 1º de julho de 1938, que criava

¹⁹ Foi jornalista, teatrólogo, escritor e professor. Nasceu em 21 de agosto de 1917 e faleceu em 15 de março de 2006. Natural de São Luís, no Maranhão foi diretor da Biblioteca Nacional, do Museu da República e do Serviço Nacional de Teatro. Foi escritor da revista Manchete e do Jornal do Brasil. Foi o quarto ocupante da cadeira 29 da Academia Brasileira de Letras e a presidiu em 1994 e 1995. Algumas de suas principais obras foram *Os tambores de São Luís*, de 1965, *Dois vezes perdida*, de 1966, *Glorinha*, de 1977, e o romance *Perto da meia-noite*, de 1985.

²⁰ Augusto Meyer era poeta e ensaísta. Nasceu em 24 de janeiro de 1902 e faleceu no dia 10 de julho de 1970. Foi ocupante da Cadeira 13 da Academia Brasileira de Letras. Foi um dos fundadores da revista *Madrugada*, foi diretor da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul e ajudou a organizar o Instituto Nacional do Livro. Ganhou o Prêmio Filipe de Oliveira (memórias) em 1947 e do Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras.

²¹ Foi criado em 1961 e extinto em 1995, sendo substituído pela criação do Conselho Nacional de Educação através da Lei 9.131 em 24 de novembro daquele ano.

o Conselho Nacional de Cultura e dá fim juridicamente ao mesmo. O CFC tinha em seu decreto de criação as seguintes funções:

- a) formular a política cultural nacional;
- b) articular-se com os órgãos federais, estaduais e municipais, bem como as Universidades e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução dos programas culturais;
- c) decidir sobre o reconhecimento das instituições culturais, mediante a aprovação de seus estatutos;
- d) promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional;
- e) conceder auxílios e subvenções às instituições culturais oficiais e particulares de utilidade pública, tendo em vista a conservação de seu patrimônio artístico e a execução de projetos específicos para a difusão da cultura científica, literária e artística;
- f) promover campanhas nacionais que visem ao desenvolvimento cultural e artístico;
- g) manter atualizado o registro das instituições culturais e oficiais e particulares e dos professores e artistas que militam no campo das ciências, das letras e das artes;
- h) proceder à publicação de um boletim informativo de natureza cultural;
- i) informar sobre a situação das instituições particulares de caráter cultural com vistas ao recebimento de subvenções concedidas pelo Governo Federal;
- j) reconhecer, para efeito de assistência e amparo através do Plano Nacional de Cultura, as instituições culturais do País, cujo reconhecimento se dará mediante solicitação da instituição interessada;
- k) estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura e propor convênios com esses órgãos, visando ao levantamento das necessidades regionais e locais, nos diferentes ramos profissionais, e ao desenvolvimento e integração da cultura no País;
- l) apreciar os planos parciais de trabalho elaborados pelos órgãos culturais do Ministério da Educação e Cultura, com vistas a sua incorporação a um programa anual do Ministério da Educação e Cultura, a ser aprovado pelo Ministro de Estado;
- m) elaborar o Plano Nacional da Cultura, com os recursos oriundos do Fundo Nacional da Educação, ou de outras fontes, orçamentárias ou não, colocadas ao seu alcance;
- n) promover sindicâncias, por meio de comissões especiais, nas instituições culturais oficiais ou particulares, estas últimas deste que incluídas no Plano

Nacional da Cultura, e sempre tendo em vista o bom emprêgo dos recursos recebidos;

o) elaborar o seu regimento a ser aprovado pelo Presidente da República;

p) emitir pareceres sôbre assuntos e questões de natureza cultural que lhe sejam submetidos pelo Ministro da Educação e Cultura;

q) submeter à homologação do Ministro da Educação e Cultura os atos e resoluções aprovados em plenário, sempre que fixem doutrina ou norma de ordem geral;

r) promover intercâmbio com entidades estrangeiras, mediante convênios que possibilitem: exposições, festivais de cultura artística e congressos de caráter científico, artístico e literário;

s) superintender, ouvido o Ministério das Relações Exteriores, cursos e exposições de cultura brasileira no exterior;

t) promover, articulando-se com os Conselhos Estaduais de Cultura, exposições, espetáculos, conferências e debates, projeções cinematográficas e tôda qualquer outra atividade, dando, também, especial atenção o meio de proporcionar melhor conhecimento cultural das diversas regiões brasileiras.

(BRASIL, 1966)

Percebe-se uma enorme quantidade de atribuições e responsabilidades dada a ele. “O órgão tinha caráter normativo e de assessoramento do ministro de Estado. Os pareceres votados pelo CFC serviam como recomendações a serem executadas pelo ministério” (CALABRE, 2009, p. 71). Era formado por câmaras para atuar com melhor desempenho nas áreas artísticas. Eram elas: artes, letras, ciências humanas e patrimônio histórico e artístico nacional, além de uma comissão de legislação e normas que atuava como a quinta câmara. O Plano Nacional de Cultura entra em destaque como um dos objetivos do Conselho, mas somente em 1975 consegue ser elaborado.

O Decreto nº 60.237, do dia 17 de fevereiro de 1967 definia algumas outras questões pendentes com relação ao funcionamento do conselho. O Presidente e o Vice-Presidente seriam eleitos por maioria de votos de seus membros; os diretores de órgãos culturais do Ministério e Cultura participariam dos trabalhos desenvolvidos pelas câmaras, sempre que a pasta fosse relativa a alguma área afim, porém não teriam direito a voto.

Uma das ações prioritárias que ele realizou foi a recuperação da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes e do Arquivo Nacional. Estas ações

foram realizadas para que cada uma destas instituições se fortalecesse e virasse referência do trabalho que exercia.

Como mostrado no decreto de criação do CFC acima, prezava-se a integração entre Conselhos Estaduais existentes e a criação de novos. Em 1968, o CFC promoveu a Primeira Reunião dos Conselhos Estaduais de Cultura, com a finalidade voltada para a implantação do Plano Nacional de Cultura. Todos os estados estiveram presentes, embora a maioria deles ainda estivesse em processo de instalação de seus conselhos estaduais.

3.2.1 As Casas de Cultura

O principal projeto realizado pelo Conselho Federal de Cultura foi o das Casas de Cultura, começou a se concretizar entre os anos de 1969 e 1970, quando foi instalada a primeira Casa de Cultura, em Lençóis, na Bahia. O projeto foi elaborado por Josué Montello e executado na gestão seguinte de Arthur Reis²².

Projetos semelhantes a esse vinham sendo executados em alguns países da Europa, principalmente na Espanha e na França. O mais famoso e melhor executado foi o da França, contando com a iniciativa de Andre Malraux, que foi ministro da Cultura de 1959 a 1969. “A ideia era criar espaços onde estivessem presentes formas culturais em seus mais diversos aspectos, em especial a popular” (CALABRE, 2009, p.72).

No Brasil, a ideia também era abarcar diversos tipos de atividades e manifestações culturais. As Casas de Cultura deveriam funcionar como um centro de atividades culturais e teriam biblioteca, auditório e teatro para alcançarem o objetivo proposto. Este foi um conceito de espaço que perdura até os dias de hoje em novas estruturas de administração e que leva muitas pessoas a terem contato com peças de teatro, exposições de artes, filmes e outros tipos produtos artísticos de uma forma gratuita ou mais acessível em relação ao valor de ingressos para grandes espetáculos e cinemas altamente tecnológicos. Isto mostra que importante herança cultural esta ação do conselho nos deixou. Como exemplo é possível citar o Centro

²² Nascido em 8 de janeiro de 1906, em Manaus, Amazonas, exerceu diversos cargos de diretoria e participação em comissões dentro do poder público no Amazonas, foi membro e presidente do Conselho Federal de Cultura entre os anos 1968 a 1984, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas e escreveu incontáveis artigos, inúmeros prefácios e conferências e colaboração em obras coletivas, e livros.

Cultural Banco do Brasil²³, que existe nas principais capitais do país, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e no Distrito Federal, administrado pelo Banco do Brasil. E há também aqueles que são administrados pelo poder público, como o Centro de Cultura Raul de Leoni²⁴, localizado em Petrópolis e administrado pela Prefeitura Municipal. Configura-se em proporções muito menores, mas tem o mesmo objetivo de atender essas demandas da população onde está instalado. E existem inúmeros outros espalhados pelo Brasil com esta mesma proposta.

Retomando ao projeto do conselho, este era um convênio entre o CFC e a prefeitura local, pois as despesas com a execução do projeto eram compartilhadas e a administração da Casa de Cultura ficava na responsabilidade do município e de um membro do Conselho Municipal de Cultura. Com isso, buscava-se incentivar também a criação dos conselhos municipais e também a organização de um apoio à cultural municipal.

Em janeiro de 1973, o CFC havia implantado 17 casas de cultura distribuídas pelos seguintes estados: Pará, Acre, Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. (CALABRE, 2006, p. 11)

3.2.2. O Plano Nacional de Cultura

Logo nos primeiros meses de seu funcionamento, como mencionado mais acima, o Conselho Federal de Cultura já pensava em formas de estruturar o Plano Nacional de Cultura. Em janeiro de 1973, Jarbas Passarinho, ministro de Educação e Cultura da época, pediu para que o Conselho elaborasse diretrizes para a construção da política nacional de cultura. Não mais planos seriam preparados, mas sim diretrizes que seriam submetidas a aprovação do Presidente da República, cujos desdobramentos em planos, programas, projetos e políticas seriam executados pelo Departamento de Assuntos Culturais, que estava inserido dentro do MEC. O Plano anteriormente preparado foi inviabilizado, pois não era previsto que o conselho deliberasse sobre questões orçamentárias.

²³ Os Centros Culturais do Banco do Brasil são espaços que abrigam atividades relacionadas ao cinema, artes cênicas, exposições, música, debates, seminários, e projetos educativos. Tem programação durante seis dias da semana e atuam durante aproximadamente 27 anos.

²⁴ Fundado em 30 de janeiro de 1977, é um espaço cultural que possui galerias de arte, cinema, teatro, sala de música, salas multiuso e a Biblioteca Central Municipal Gabriela Mistral.

Em março de 1973, o Conselho Federal de Cultura entrega ao ministro o documento “Diretrizes para uma política nacional de cultura”, onde as medidas para a construção da política cultural brasileira estariam baseadas em três pilares: defesa do patrimônio, incentivo à criatividade e a difusão da cultura.

O documento Diretrizes é dividido em duas partes. Na primeira, encontram-se as considerações preliminares, os fundamentos legais e os conceitos fundamentais. Na segunda parte é apresentada o que seria a “Política Nacional de Cultura”, com definição, objetivos, normas de ação e previsão de recursos financeiros.

(CALABRE, 2006, p. 7)

Em 1975, a Política Nacional de Cultura (PNC) foi aprovada. Após as diretrizes apresentadas pelo Conselho, uma comissão técnica da Diretoria de Ação Cultural (DAC) elaborou esta política. As autoras Duarte; Duarte (2014, p. 13) dizem que a PNC aprovada reflete bem a mudança que a cultura sofreu na época, mas também demonstra a erradicação do poder político que o CFC tinha. Não foi extinto do MEC, mas teria que lidar com baixo orçamento que inviabilizava grandes ações.

3.2.3 Caminhos trilhados após a Política Nacional de Cultura

Em julho de 1976, o MEC convocou um Encontro de Secretários de Cultura. Estavam presentes o Conselho Federal de Cultura, os Conselhos Estaduais de Cultura, as Secretarias de Cultura e de Educação e Cultura, universidades, fundações e outras entidades culturais, onde foram discutidos meios para a elaboração de políticas para a cultura e uma palestra dedicada ao Sistema Nacional de Cultura.

Em 17 de março de 1978, a Diretoria de Ação Cultural, foi substituída pela Secretaria de Assuntos Culturais (Seac), e se mantinha vinculada ao Ministério de Educação e Cultura. Esta mudança representou um crescimento na área cultural dentro do Ministério. A responsabilidade do Conselho Federal de Cultura ficou apenas por colaborar na Política Nacional de Cultura e exercer o caráter normativo em relação a mesma.

Entre os anos de 1983 e 1985, seis reuniões do Fórum Nacional de Secretários de Cultura foram realizadas. Dentre algumas das discussões realizadas,

uma delas era a criação de um ministério separado para a cultura, algo que também foi muito debatido pelo Conselho Federal de Cultura na década de 1970. A partir da Nova República, o presidente José Sarney - que substituiu Tancredo Neves eleito por votação indireta e que faleceu antes de poder exercer o cargo - criou o Ministério da Cultura (MinC) em 15 de março de 1985, através do Decreto nº 91.144. O CFC então, foi incorporado ao MinC. Em 1986, “em uma das reuniões plenárias do Conselho Federal de Cultura, o ministro Celso Furtado compareceu para um debate com os conselheiros a respeito de algumas questões da Lei Sarney.” (CALABRE, 2009, p. 103).

Sua atuação foi extremamente importante para a institucionalização da política cultural, difusão da cultura no país e também para o Ministério da Cultura. E um número extremamente importante e ainda não citado é que vinte Conselhos Estaduais de Cultura foram implantados sob a sua orientação em apenas três anos. E o período mais intenso de atuação do conselho foi entre os anos de 1967 e 1974.

Em relação ao Ministério da Cultura, sua criação foi um marco na história das políticas culturais brasileiras que era almejado há muito tempo por uma parcela da população. Esperava-se que cultura fosse ganhar uma visibilidade maior frente à sociedade e à própria política, embora os recursos financeiros ficassem praticamente comprometidos na administração do ministério e nos órgãos vinculados a ele, pois como o antigo ministério era formado com a educação, a maior parte dos recursos ficou com ela. “O estabelecimento do novo Ministério veio acompanhado de uma série de problemas, tais como: perda de autonomia, superposição de poderes, ausência de linhas de atuação política, disputa de cargos, clientelismo, entre outros.” (CALABRE, 2005, p. 7). Ao longo da década de 1980, os recursos públicos para a área da cultura foram sendo diminuídos. Como uma tentativa de angariar outras fontes de recursos para promover atividades culturais, em 1986 a Lei Sarney foi criada pelo presidente José Sarney. Esta gerou diversos tipos de debates em relação à sua estrutura e o próprio Conselho Federal de Cultura chegou a discuti-los, como mencionado anteriormente.

No cenário geral da política nacional, a Constituição de 1988 vem dar uma nova visão ao tipo de gestão que estava sendo exercida nas décadas anteriores, novos engajamentos, estruturas participativas e um novo olhar para a cultura foi acrescido na legislação brasileira. Os conselhos gestores de políticas públicas

começaram a ser criados, como dito no primeiro capítulo. Os municípios adquiriram maior autonomia para criar políticas setoriais.

Em 1990 o Conselho Federal de Cultura é desfeito, junto com o fim do Ministério da Cultura, a Lei Sarney e muitos outros órgãos que faziam parte do mesmo. O MinC foi transformado em secretaria pelo atual presidente da república, Fernando Collor de Mello. Além de o ministério ter sofrido durante estes anos anteriores com a falta de verba pública, após esse desmonte do presidente algumas estruturas e projetos foram interrompidos brutalmente e a área pública da cultura mais prejudicada ficou.

3.3 Conselho Nacional de Política Cultural

Em 1992, sob o governo de Itamar Franco, o MinC é recriado. Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República e coloca Gilberto Gil para gerir o Ministério da Cultura. Desde o Plano de Governo para as eleições de 2002, eram apresentadas propostas para as políticas públicas de cultura de uma maneira mais profunda. Pensando-a como um direito social básico dos brasileiros, como meio para o desenvolvimento e o exercício da democracia, como poder econômico e, principalmente, pensando numa cultura de gestão participativa. Como base para esta reestruturação do Ministério se apresentava o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura.

Estruturar um Sistema Nacional era primordial para que a cultura parasse de sofrer com políticas descontinuadas, a falta delas, ou ainda a ausência de investimentos e iria fortalecer o sistema público onde ela se encaixava. E este objetivo só seria alcançado se a união entre as esferas federal, estadual e municipal com a sociedade civil fosse firmada. Muitas áreas dentro da cultura nacional precisavam ganhar impulso para crescerem e criar estratégias propondo metas mais fáceis de serem visualizadas para chegar ao objetivo final de criar uma rede viva e forte era a missão do Plano Nacional de Cultura.

A partir desta estrutura de pensamento, em 2005, o Ministério da Cultura organizou a 1ª Conferência Nacional de Cultura. Esta foi uma das primeiras e mais importantes etapas de elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído em 10 de agosto de 2005, através da Emenda Constitucional nº 48, mas só aprovado

cinco anos depois²⁵. A idéia desta conferência era reunir pessoas de diversos setores da área da cultura para pensarem em diretrizes desse plano nacional.

No mesmo ano, o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) foi instituído legalmente como órgão colegiado do Ministério da Cultura, mas só foi funcionar efetivamente em 2007. Surgiu para “propor políticas públicas na área da cultura e para estimular atividades culturais no país, por meio do diálogo e do debate entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil.” (As metas do Plano Nacional de Cultura, 2011) O CNPC tem um caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador, e avaliativo²⁶. Os conselheiros não recebem remuneração por serem membros deste órgão.

Além do ministro da cultura, que o preside, o CNPC é integrado por mais 58 membros, sendo 19 representantes do poder público federal, 4 do poder público dos Estados e Distrito Federal, 4 do poder público municipal, 13 representantes das áreas técnico-artísticas (artes visuais; música popular; música erudita; teatro; dança; circo; audiovisual; literatura, livro e leitura; arte digital; arquitetura e urbanismo; design; artesanato; e moda), 7 da área do patrimônio cultural (culturas afrobrasileiras; culturas dos povos indígenas; culturas populares; arquivos; museus; patrimônio material; e patrimônio imaterial), 1 representante das entidades ou das organizações não-governamentais que desenvolvem trabalhos de inclusão social por intermédio da cultura, 1 representante de entidades de pesquisadores na área da cultura, 1 representante da Associação Nacional das Entidades de Cultura, 1 representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 1 representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1 representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1 representante do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas e 3 personalidades com comprovado notório saber na área da cultura.

Os 13 membros das áreas técnico-artísticas e os 7 da área do patrimônio cultural são todos representantes da sociedade civil eleitos pelos respectivos Colegiados que, por sua vez, são compostos por 20 membros, sendo 15 da sociedade e 5 do poder público. Os 15 representantes da sociedade são eleitos nos Fóruns Nacionais Setoriais e somente eles votam nos respectivos titular e suplente que terão assento no Plenário do

²⁵ Em 1990, o CNPC aparece no Decreto nº 99.600 como órgão de cooperação e difusão da Secretaria de Cultura da Presidência da República, mas só encontrei registros de sua atuação a partir de 2007. O site do próprio MinC coloca sua criação no ano de 2005.

²⁶ Avalia os resultados dos trabalhos que foram propostos.

conselho. Entre os 15 devem estar representadas as 5 macrorregiões do Brasil. (MACHADO, 2013, p. 13)

Este é o primeiro Conselho de Cultura que tem diversos tipos de escolha dos membros. Conselheiros indicados pelo ministro e eleitos em fóruns pela sociedade civil fazem deste, um conselho muito mais democrático e participativo. Uma semelhança que pode ser apontada com o Conselho Federal de Cultura, é que além do Plenário, existem os Colegiados Setoriais no CNPC que são responsáveis por áreas específicas onde a cultura se traduz se parecendo com as comissões que faziam a composição do CFC. Uma comparação possível de se estabelecer é a frequência das reuniões. O Conselho Nacional de Cultura tinha reuniões mensais e o Conselho Nacional de Política Cultural se reúne a cada três meses. Embora seja possível pensar e planejar muitas ações para este intervalo entre uma reunião e outra penso que reuniões mensais auxiliam a manter as discussões vivas e novos quadros políticos podem ser solucionados mais rapidamente. Principalmente olhando para a instabilidade política que passamos nos últimos anos, decisões são tomadas de um dia para o outro, fatos vem à tona surpreendentemente e mudam o modo que pensamos e principalmente o modo como agiremos diante daquela nova informação. Mesmo que seja possível marcar reuniões extraordinárias, acredito que um tempo menor de intervalo entre elas seja mais eficaz.

Os Fóruns Nacionais Setoriais são realizados a cada dois anos com a finalidade de discutir propostas para as políticas públicas da cultura e para elegerem ou renovarem os mandatos dos conselheiros, dado que estes são de dois anos, podendo ser renovado uma vez por tempo igual. Nele estão presentes delegados de todos os estados brasileiros.

O CNPC é integrado pelos órgãos: I - Plenário; II - Comitê de Integração de Políticas Culturais; III - Colegiados Setoriais; IV - Comissões temáticas e grupos de trabalho; e V - Conferência Nacional de Cultura.

O Plenário é o maior deles em número e variedade de representatividade. É composto por representantes tanto da sociedade civil quanto do poder público. Suas reuniões ocorreram a cada três meses e, segundo o Regimento Interno do CNPC, à ele compete:

I – estabelecer orientações e diretrizes, bem como propor moções pertinentes aos objetivos e atribuições do SFC;

II – propor e aprovar, previamente ao encaminhamento à coordenação-geral do SFC as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura;

III – acompanhar e avaliar a execução do Plano Nacional de Cultura;

IV – fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos provenientes do sistema federal de financiamento da cultura e propor medidas que concorram para o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, estabelecendo inclusive as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no que concerne à sua distribuição regional e ao peso relativo dos setores e modalidades do fazer cultural;

V – apoiar os acordos e pactos entre os entes federados, com o objetivo de estabelecer a efetiva cooperação federativa necessária à consolidação do SFC;

VI – estabelecer cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;

VII – incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área da cultura;

VIII – delegar às diferentes instâncias componentes do CNPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

IX – aprovar o regimento interno da Conferência Nacional de Cultura;

X – manifestar-se sobre a formalização e execução do objeto de termos de parceria formalizados pelo Ministério da Cultura e entidades vinculadas nos termos dos arts. 10 e 11 da Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999; e

XI – estabelecer o regimento interno do CNPC, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura. (BRASIL, 2010)

O Comitê de Integração de Políticas Culturais é composto pelos titulares de órgãos vinculados ao MinC. Sua função é acompanhar as agendas e coordenar a pauta de trabalho das outras áreas do conselho, juntamente com a Secretaria Executiva do CNPC; auxiliar na realização e planejamento das atividades do CNPC; e levar ao Plenário os assuntos de sua competência. Suas reuniões acontecem antes de cada reunião ordinária do CNPC.

Os Colegiados Setoriais são compostos por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, nomeados pelo Ministro de Estado da Cultura. Suas reuniões são, no mínimo, semestrais. A ele compete, segundo o Regimento Interno:

I – debater, analisar, acompanhar, solicitar informações e fornecer subsídios ao CNPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos setores culturais de que trata o art. 5º;

II – apresentar as diretrizes dos setores representados no CNPC, previamente à aprovação prevista no inciso II do art. 4º;

III – promover o diálogo entre Poder Público, sociedade civil e os agentes culturais, com vistas a fortalecer a economia da cultura e a circulação de idéias, de produtos e de serviços, assegurada a plena manifestação da diversidade das expressões culturais;

IV – propor e acompanhar estudos que permitam identificação e diagnósticos precisos das cadeias produtivas e criativas nos respectivos setores culturais;

V – promover pactos setoriais que dinamizem as cadeias produtivas e criativas, e os arranjos produtivos nos planos nacional, regional e local;

VI – incentivar a criação de redes sociais que subsidiem a formulação, a implantação e a continuidade de políticas públicas nos respectivos setores;

VII – estimular a integração de iniciativas sócio-culturais de agentes públicos e privados de modo a otimizar a aplicação de recursos para o desenvolvimento das políticas culturais;

VIII- estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a formulação, realização, acompanhamento e avaliação de políticas públicas na área da cultura, em especial as atinentes ao setor;

IX – subsidiar o CNPC na avaliação das diretrizes e no acompanhamento do Plano Nacional de Cultura;

X – propor parâmetros para a elaboração de editais públicos e de políticas de fomento ao setor afim e para a avaliação da execução dos diversos mecanismos de incentivo cultural;

XI – receber as informações necessárias para a avaliação e o aprimoramento dos editais aprovados e publicados;

XII- auxiliar o CNPC em matérias relativas aos setores concernentes, respondendo às demandas do Plenário;

XIII – incentivar a valorização das atividades e modalidades de exercício profissional vinculadas à cultura, além da formação de profissionais da área;

XIV – incentivar a promoção de atividades de pesquisa;

XV – incentivar a fruição da cultura;

XVI – subsidiar o Plenário na elaboração de resoluções, proposições, recomendações e moções no âmbito do CNPC e do SFC; e

XVII – debater e emitir parecer sobre consulta que lhe for encaminhada pelo CNPC. (BRASIL, 2010)

As Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho são de caráter temporário. São utilizados quando é necessário tomar decisões sobre temas muito específicos.

A comissão vai estudar e analisar o que de melhor deve ser feito. São integrados tanto pelo Poder Público quanto pela Sociedade Civil e na montagem da comissão, deve ser analisada a natureza técnica do tema, para que as escolhas de pessoas sejam bem representativas.

A Conferência Nacional de Cultura também é constituída por representantes da Sociedade Civil e do Poder Público. É realizada de quatro em quatro anos, sendo precedida das conferências estaduais e municipais. Em relação à sua função, ela deve analisar e aprovar moções, avaliar a execução das metas do Plano Nacional de Cultura, assim como propor revisões ou adequações ao mesmo.

3.3.1 Ações do CNPC

Uma das maiores ações que o conselho realizou até o presente momento foi o acompanhamento de todo o processo do Plano Nacional de Cultura. Um exemplo disso é que em 2008, quando foram realizados seminários regionais pelo país e debates pela internet e a participação do conselho nesta tarefa foi bem intensa. Todas essas discussões foram contabilizadas e inseridas no texto do PNC pelo conselho.

A construção do PNC foi um processo de longa duração, que ocupou parte dos dois mandatos do Presidente Lula e deve ser analisado como um grande exercício de democracia participativa. Em dezembro de 2010, o PNC foi finalmente aprovado, sendo composto por cinco capítulos, nos quais se distribuem 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações com vigência decenal. A execução do PNC é acompanhada a partir de 53 metas estabelecidas com base no conjunto das diretrizes, estratégias e ações previstas no documento. (CALABRE, 2014, p. 13)

Uma observação que pode ser feita é que também quando o conselho vigente era o Conselho Federal de Cultura, um longo tempo para a montagem do Plano Nacional de Cultura também foi utilizado. Isto pode significar que existe um atraso enorme nas nossas políticas culturais, pois se desde que o Conselho Federal de Cultura foi instaurado, o Plano Nacional de Cultura tivesse sido elaborado e instaurado, talvez hoje estivéssemos colocando em prática outras questões e até melhorando as que não resultaram em algo bom. Outro ponto também é que para a

aprovação das leis, dependemos dos legisladores. Enquanto não tiver um esforço grande e interesse da parte deles, algumas ações como esta ficam paralisadas.

Após sua aprovação, o PNC voltou a ser discutido para que se construíssem metas para colocá-lo em prática. Mais uma vez foram realizados diversos seminários e audiências em todo o país. O MinC também promoveu reuniões com os Colegiados Setoriais do CNPC, que debateram e avaliaram as metas e propostas. Após todo debate público, foram reunidas mais de 600 contribuições às metas para o PNC. Por fim, o Ministério da Cultura reuniu os representantes do conselho, dos Colegiados Setoriais, do próprio MinC e alguns representantes de outros ministérios para aperfeiçoar todas as propostas reunidas até o momento. E dali então surgiram as 53 metas para atingir o Plano Nacional de Cultura.

Três Conferências Nacionais de Cultura já foram realizadas, com 206 mil pessoas, uma em 2005, já mencionada acima e que deu início a jornada de construção do Plano Nacional de Cultura, uma em 2010 com cerca de 360 mil pessoas e outra em 2013 que reuniu 1,7 mil pessoas de todos os estados do Brasil durante cinco dias em Brasília.

Outras questões muito importantes que estiveram em pauta nas reuniões discussões do conselho de 2007 a 2012, foram a deliberação do projeto de lei do Sistema Nacional de Cultura, as diretrizes anuais para onde seriam aplicados os recursos do Fundo Nacional de Cultura e a revisão da Lei Rouanet.

4. QUADRO COMPARATIVO

Para uma melhor visualização dos dados alcançados na pesquisa, foi esquematizado um quadro comparativo com algumas das informações que julguei mais importantes.

Quadro comparativo das características e disposições dos Conselhos de Cultura no Brasil					
	Conselho Nacional de Cultura 1ª fase (1938 - ?)	Conselho Nacional de Cultura 2ª fase (1961 - 1962)	Conselho Nacional de Cultura 3ª fase (1962 - 1964)	Conselho Federal de Cultura (1966 - 1990)	Conselho Nacional de Política Cultural (1990 - Hoje)
Funções	Levantar dados de todas as atividades culturais que aconteciam no país; Coordenar todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento cultural que fossem realizadas pelo ministério ou que tinham controle ou influência do mesmo.	Criar políticas de desenvolvimento da cultura, elaborar um mapeamento das atividades culturais no país e fomentar a instalação de Conselhos Estaduais de Cultura.	Manter atualizado o balanço de todas as atividades culturais e de instituições culturais privadas no país; Sugerir medidas para ampliar e aperfeiçoar os serviços públicos da cultura; Estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura.	Elaborar o Plano Nacional de Cultura; Estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; Promover integrações entre os níveis federal, estadual e municipal; Realizar ações conjuntas com outras instituições culturais.	Propor políticas públicas na área da cultura e estimular atividades culturais no país, por meio do diálogo e do debate entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil.
Escolha dos membros	Indicação do Presidente dentre nomes consagrados da área da cultura brasileira.	Indicação do Presidente sendo nomes consagrados no seguimento artístico de cada comissão.	Indicação do Presidente dentre nomes consagrados da área da cultura brasileira.	Indicação do Presidente dentre nomes consagrados da área da cultura brasileira.	Indicações do Ministro de Estado de Cultura, de Fóruns, Conferências, da sociedade civil integrante dos colegiados setoriais e eleições para representantes de cada seguimento artístico.
Formação	7 membros ao todo e 4 deles deveriam ser diretores ou altos funcionários de órgãos de cultura existentes dentro do ministério.	Um Secretário Geral, um representante do Ministério da Educação, um do Ministério da Fazenda, um do Ministério das Relações Exteriores, um da Universidade do Brasil e mais 5 comissões com quatro integrantes e seu presidente. Eram elas: Comissão Nacional de Literatura; Comissão Nacional de Teatro; Comissão Nacional de Cinema; Comissão Nacional de Música e Dança; Comissão Nacional de Artes Plásticas.	7 membros ao todo. Quatro destes, pelo menos, deveriam ser servidores ou diretores de órgãos do MEC.	24 membros divididos em 4 câmaras: artes, letras, ciências humanas e patrimônio histórico e artístico nacional, além de uma comissão de legislação e normas que atuava como a quinta câmara.	I - Plenário; II - Comitê de Integração de Políticas Culturais; III - Colegiados Setoriais; IV - Comissões temáticas e grupos de trabalho; e V - Conferência Nacional de Cultura.
Principal ação realizada	Não encontrada em todo material estudado	Não encontrada em todo material estudado	Caravanas da Cultura	Casas de Cultura/ Política Nacional de Cultura	Acompanhamento no processo do Plano Nacional de Cultura
Subordinação	Ministério da Educação e Saúde	Presidência da República	Ministério da Educação e Cultura	Ministério da Educação e Cultura	Ministério da Cultura
Qual era o peso do poder público?	Apenas sugeriria propostas, o poder público tinha controle do que seria ou não concretizado; Sua maioria era composta por funcionários do MÉS.	Percebe-se uma enorme subordinação ao Presidente da República nas escolhas de cargos para o conselho.	Tendo em sua formação com a maioria dos integrantes sendo do poder público, demonstra-se um interesse para que o governo ainda tivesse algum tipo de controle sobre o conselho.	Diretores de órgãos ligados ao MEC poderiam estar presentes na discussão de pastas pertinentes à eles, mas sem direito a voto.	Bem menor em relação aos outros conselhos já existentes, por ter a presença da sociedade civil em todas as instâncias do conselho, ter indicações de diferentes órgãos e pessoas e contar com eleições para alguns de seus conselheiros.
Caráter	Consultivo	Deliberativo	Deliberativo	Normativo, consultivo e de Assessoramento	Consultivo, Deliberativo, Fiscalizador e Avaliativo
Havia representação da sociedade civil?*	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Reuniões aconteciam de quanto em quanto tempo?	Não encontrado em todo material estudado	Uma vez por mês	Uma vez por mês	Não encontrado em todo material estudado	Plenário: quatro vezes ao ano; Comitê de Integração de Políticas Culturais: antes de cada reunião do Plenário
Havia remuneração para os conselheiros?	Sim	Sim	Não	Não	Não

*É válido ressaltar que o conceito de representação da sociedade civil antes da Constituição de 1988 era diferente. No contexto analisado, havia a representação no CNC e CFC por não estarem ligados a algum cargo público, mas eram intelectuais que o próprio poder público escolhia quem poderia ou não ser esse representante da sociedade. Diferentemente do conceito do CNPC em que a própria sociedade civil escolhe seu representante.

5. RUMOS ATUAIS

Nos últimos anos, os esforços do Ministério da Cultura estão, em grande parte, concentrados na implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) em seus estados e municípios. Atualmente, segundo um documento sobre a adesão ao SNC produzido pela Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional, dentro da Coordenação Geral do Sistema Nacional de Cultura, disponível no site do MinC, de 5.570 municípios existentes em nosso país, 2.384 aderiram ao SNC, ou seja, um pouco menos que a metade deles. Em relação aos estados, em dezembro de 2013, a adesão ao SNC atingiu a 100% deles. O que significa que a primeira meta do Plano Nacional de Cultura foi cumprida.

Estes bons resultados se dão claramente pela estabilidade e institucionalização das políticas culturais adquiridas desde a gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira no ministério. Ter um Sistema Nacional de Cultura bem montado, com um conselho atuante, serve de exemplo para os estados e municípios. Traçar metas para a implementação de políticas culturais sólidas, dá direção de pequenos trabalhos que precisam ser realizados para se concretizar um objetivo grande de longo prazo. Durante toda a história dos conselhos de cultura a nível federal, pudemos notar que no momento em que havia estabilidade política, resultados eram apresentados, nos momentos de instabilidade, os conselhos não conseguiam dar início ou mesmo continuidade aos seus trabalhos.

No ano de 2011, Dilma Rousseff assume a presidência do Brasil. A primeira grande missão dentro das políticas culturais que este primeiro governo teve e que se relaciona fortemente com a questão dos conselhos que está sendo abordada neste trabalho, foi a de dar continuidade à implementação do PNC, iniciada no governo anterior. Após ter suas 53 metas aprovadas, elas precisariam ser cumpridas. Uma das ações que impulsionaram a aprovação dessas metas nos níveis estaduais e municipais foi o Programa Nacional de Fortalecimento Institucional de Órgãos de Cultura.

Através do Programa Nacional de Fortalecimento Institucional de Órgãos Gestores de Cultura, de 2012, o Ministério apoiou estados e municípios, em parceria com as Universidades Federais da Bahia e de Santa Catarina, na elaboração de planos estaduais e municipais de cultura, e contribuiu para dotar muitos entes federativos de planos culturais. (RUBIM, 2015, p. 20)

A primeira ministra que Dilma colocou a frente da pasta da cultura foi a cantora Ana de Hollanda. Em relação aos quase dois anos como ministra da cultura, Calabre (2015, p. 39) diz que “os esforços para finalização de ações estruturantes, tais como a do Sistema Nacional de Cultura (SNC), continuaram a ser implementados, mas sem um grau significativo de envolvimento da ministra”. A continuidade destes trabalhos foram seguidas pelas secretarias dentro do MinC, como a Secretaria de Articulação Institucional (SAI), porém sem nenhum projeto político construído ou estratégias que a nova gestão viesse implementar. A SAI também desempenhou alguns esforços nas relações entre os estados e municípios e, com isso, buscar o fortalecimento das políticas de cultura através da montagem de conferências, planos de cultura e seus conselhos gestores participativos.

Ao final de 2012, Marta Suplicy assume a gestão do Ministério da Cultura. Trouxe uma força política grande que resultou na aprovação do Sistema Nacional de Cultura, que estava parado no Congresso Nacional há tempos. Embora este fosse um projeto que visava um longo prazo de execução, outros projetos que a ministra realizou eram geralmente de curto prazo.

Outra ação desta gestão que contribuiu para a formação e estruturação dos conselhos estaduais e municipais foram os cursos de capacitação para gestores e projetos culturais, iniciada em 2009, mas que na versão atual, visava empreendimentos criativos e sustentáveis de longo prazo, além de apenas a capacitação da gestão de projetos.

O que foi visto nestes anos de governo foram ações de curto prazo e que dessem visibilidade. Deu-se continuidade aos projetos pensados no governo de Lula, porém não se pensou em novos meios para a construção da política cultural e, portanto foram se esgotando. O patamar alcançado pelo Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira foi rebaixado.

O espaço ocupado pela cultura no governo nacional se restringiu. A intensa interação com a sociedade civil e, em especial, com as comunidades culturais, e com a sociedade política, nacional e internacional, ficou debilitada. As políticas culturais subsistiram pela potência de sua assimilação pela sociedade e pela persistência de alguns dirigentes no Ministério, o que tornou irreversível sua continuidade, mas em níveis desacelerados. O Ministério, que havia ocupado um lugar nunca antes

alcançado, voltou a patamares que se imaginava estarem superados.
(RUBIM, 2015, p. 29)

Em 2015, no segundo governo da presidente Dilma, o ministro Juca Ferreira volta ao MinC para atuar neste segundo mandato. Logo no mesmo ano o Plano Nacional de Cultura foi revisto por Juca, apresentando a situação das 53 metas até o fim de 2014. Esta revisão já estava prevista para que fosse realizada após quatro anos de sua aprovação. O ministro abriu uma consulta pública para que sociedade também pudesse dar seu parecer sobre o mesmo. Outros dois relatórios já haviam sido feitos: um em 2013, apresentando como as metas estavam até 2012 e outro em 2014, em relação ao ano de 2013.

Estes acontecimentos são gravemente preocupantes pelo fato de que o governo de Dilma Rousseff deveria ser tão bom, ou melhor, para a área cultural como foi o de Lula. Propostas novas, ampliação do cenário cultural no país e mais esforço para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura poderiam ter tido atenção maior do governo. O MinC não parou totalmente, mas seu ritmo em relação ao governo anterior diminuiu. A escolha de Marta Suplicy para assumir a pasta da cultura apenas pela força política que ela teria, somada a uma gestão anterior do ministério um pouco impopular e fraca não fazia sentido com o potencial que poderíamos ter se a escolha tivesse sido pautada em alguém que de fato fosse um representante da cultura e lutasse pelos direitos da mesma. O ministro Juca Ferreira começou atuar em algumas questões tentando recuperar o fôlego do Ministério da Cultura, mas não deu tempo de tentar novas ações, pois logo depois Dilma Rousseff foi retirada da presidência.

O último processo eleitoral para representantes da sociedade civil no CNPC ocorreu em 2015, onde foram eleitos os conselheiros do biênio 2015/2017 e contou com mais de 70 mil participantes.

Em 2016 o CNPC ganha uma nova plataforma digital dentro do site do Ministério da Cultura, criada em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que permite maior interação e facilidade para buscar informações e conquista mais uma meta do PNC, a meta 48.

Até o presente momento, em julho de 2017, o CNPC conta com 18 colegiados setoriais, que são: Arquivos, Arquitetura e Urbanismo, Artesanato, Arte Digital, Artes Visuais, Cultura Afro-brasileira, Cultura Indígena, Cultura Popular, Circo, Dança,

Design, Literatura, Moda, Música, Museu, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Material e Teatro. Cada um tem vinte titulares em sua composição, cinco do poder público e quinze da sociedade civil, mais vinte suplentes.

Em seu Plenário, o conselho tem 64 integrantes. Isto porque em 2016 seis novas cadeiras foram inseridas. São elas: representantes da Capoeira, Cultura Alimentar, Cultura Hip Hop, Culturas dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Culturas Quilombolas e Expressões Culturais LGBTQTT.

Após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, não dá para afirmar com segurança para onde os planos da cultura estão voltados, ou mesmo se eles existem, já que a primeira ação do então presidente Michel Temer foi a extinção do Ministério da Cultura. A proposta era que o ministério virasse uma secretaria dentro no Ministério da Educação, como há anos. Isso significaria um enorme retrocesso em tudo que a política pública da cultura já conquistou. Esta atitude se tornaria igual ou pior a de quando Fernando Collor desmontou o MinC e acabou com muitos órgãos e projetos que estavam servindo à população e levando à ela apenas o direito de exercerem os direitos culturais e terem acesso às suas fontes, como a própria Constituição de 1988 prevê. Em 1990, o Conselho Federal de Cultural também foi destruído através da decisão de Fernando Collor, muito provavelmente o atual Conselho Nacional de Política Cultural seria reduzido a nada se o MinC voltasse a ser secretaria do MEC. Outra conquista que também seria destruída é a dos recursos públicos conquistados. Nesta posição de secretaria, o corte de verbas que seria feito reduziria enormemente a quantidade de ações que o ministério poderia realizar. E ainda perderia visibilidade social e política, pois a extinção de um ministério pode-se traduzir no pensamento de que aquela pasta não é importante o suficiente para a sociedade para que precise de verba e voz dentro do governo. No primeiro capítulo abordou-se justamente a importância de tratar a cultura como um pilar de desenvolvimento da sociedade, de olhar para a mesma como um meio de integrar todos os outros pilares e construir uma sociedade que entende, tem acesso e valoriza as manifestações culturais que produz. Como visto neste trabalho, demoraram anos para que a cultura fosse vista como uma área necessitada de atenção e, portanto, de um Ministério que cuidasse exclusivamente da pasta da cultura. Ministério este que após seu fortalecimento realizou e planejou tantas outras ações para os próximos anos.

Em um ano de governo, após o vice-presidente Michel Temer assumir o cargo, quatro ministros passaram pelo MinC: Marcelo Calero, Roberto Freire e João Batista de Andrade e Sergio Sá Leitão. Isto traduz um quadro de instabilidade no Ministério da Cultura e no próprio governo. Com uma realidade dessas e corte de orçamento público é quase impossível esperar que continuidades de ações sejam retomadas ou a criação de novas.

Em relação ao plenário do CNPC e a proposta de interação da plataforma criada em 2016, existem alguns problemas sobre a falta de informação. Um exemplo é que a última ata de reunião que há no site é do ano de 2014, na aba de notícias apenas uma foi publicada em julho de 2016 e a agenda está vazia. A parte que deveria conter informações sobre os grupos de trabalhos e comissões não está habilitada e não há quase nenhuma interação entre as propostas que são enviadas para inclusão do tema em reuniões ordinárias. Entretanto as notícias sobre o Ministério da Cultura e a cultura brasileira em geral são atualizadas constantemente pelo usuário denominado Coordenação CNPC.

O Colegiado Setorial de Arquivos tem um site e uma página na rede social Facebook, ativos onde divulgam suas ações e eventos que estão organizando. Suas últimas publicações aconteceram em abril e maio de 2017. O Colegiado de Artesanato tem um blog, porém sua última publicação foi em julho de 2016. O Colegiado de Arte Digital também tem um blog, mas desatualizado desde dezembro de 2016. Os demais colegiados, em alguns foi possível encontrar informações de reuniões e atuação até o ano de 2014 e outros até o ano de 2016 dentro do site do CNPC.

Isto é uma falha muito grande, pois as propostas que a nova plataforma traria, não estão sendo cumpridas. Sem a atualização desses dados e das informações sobre o que está sendo discutido é quase impossível gerar diálogo com a sociedade atual. Pois este é o meio que grande parte das pessoas consegue se comunicar e se aproximar dos debates atualmente.

As últimas notícias que consegui encontrar foi que a última reunião do Plenário do CNPC, a 27ª ordinária, aconteceu em novembro de 2016. Não há como afirmar se aconteceu alguma após, pois nem o site MinC ou do próprio conselho relataram e não há atas, como mencionado sobre a desatualização das mesmas mais acima. Tudo indica que as ações do plenário estão paralisadas. Este ano seria

o de organizar as novas eleições para o biênio 2018 – 2019 do CNPC e não há certezas de que a IV Conferência Nacional de Cultura está sendo programada. E este quadro de incertezas, mais uma vez provavelmente é resultado de uma instabilidade política do atual governo, como foi citado anteriormente. Descontinuidades de trabalhos se caracterizam frente a um ministério que não concretiza um líder. É inaceitável ver uma proposta como a do CNPC se esvaziar de ações, ou até mesmo de reuniões.

É preciso que se dê valor a todo trabalho que já foi percorrido pelas políticas culturais, levar a sério as questões de gestão participativa, democratização e acesso a cultura e as artes para tentar retomar o caminho que ainda não foi percorrido e dar passos em direção a difusão e a institucionalização da cultura no Brasil. Porque só assim será possível lutar pelos direitos da cultura. Ainda são mais da metade dos municípios brasileiros que não tem um Sistema Municipal de Cultura. O governo federal precisa dar incentivo para que possam aderir e se beneficiarem dessa institucionalização. Esperar esse passo apenas do governo atual se traduz em descrença de que possa vir a ocorrer e este quadro na atual conjuntura só deverá mudar nas eleições de 2018. Resta-nos lutar para que estas idéias não morram dentro dos nossos contextos sociais, ativismos em estâncias municipais e estaduais que dêem algum tipo de valor para a cultura brasileira.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi mostrado ao longo da monografia, o Estado e os conselhos têm um longo relacionamento que se iniciou com os conselhos técnicos a partir dos anos 1930. Esta relação passou por momentos de ascensão como as Caravanas da Cultura, as Casas de Cultura, a Política Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. E também viveu momentos de rompimentos de projetos, empecilhos para a aprovação de novas ideias que levassem a cultura ao crescimento, descontinuidades políticas e administrativas e até a extinção de muito do que tinha sido conquistado.

Um conselho gestor de política cultural deve trabalhar em prol dos direitos da sociedade e da cidadania. Para isso, ele não pode trabalhar isolado e nem abrigar conselheiros individualistas que visam interesses próprios. Todos devem estar abertos ao diálogo e ao aprendizado constantemente. Esta busca deve se relacionar tanto com a sociedade quanto o governo vigente. Ter uma boa relação com as duas estruturas pode aumentar os benefícios que o conselho trará para o país.

Este trabalho também tratou da importância que deve ser dada na administração pública da cultura, garantindo-a como um direito de cada cidadão deste país, promovendo o acesso e a difusão de toda e qualquer tipo de manifestação ou produto cultural. As políticas públicas não devem entender apenas um ou outro tipo de cultura como legítima, mas devem amparar e dar suporte a tudo que a sociedade considerar como cultura. Deve olhar também para ela como um pilar de desenvolvimento da sociedade, assim como outras áreas públicas são vistas, como a saúde e educação.

Durante a pesquisa me surpreendi diante de alguns aspectos. O primeiro deles foi encontrar trabalhos muito interessantes desenvolvidos pelos conselhos como a Caravana Cultural e as Casas de Cultura que já revelava que o pensamento de democratizar a cultura e levar acesso à grande parte da população que não o tinha fazia parte dos objetivos do Conselho Federal de Cultura. A segunda foi em aprender que o Conselho Federal de Cultura tinha muito engajamento político, pensou e estruturou um Plano Nacional de Cultura, que no momento em que não pode ser aprovado e foi solicitado que montassem a Política Nacional de Cultura

também foi cumprida e posta em prática. Outra descoberta foi a reestruturação do Conselho Nacional de Cultura em momentos diferentes após sua instituição. Foi um momento na pesquisa em que precisei ir atrás de mais informações sobre este dado novo que foi descoberto.

Em relação ao quadro comparativo, não foi possível encontrar em todo material estudado algumas poucas informações dos conselhos mais antigos, ainda assim foi possível realizar a proposta de modo geral.

Não tinha noção da quantidade de trabalhos que já foram executados pelas mãos dos conselhos. Muito menos de como a instabilidade política afetava diretamente os mesmos. O objetivo de contar esta história de dentro de uma faculdade de Produção Cultural, mostrando que também é importante conhecermos as armas que temos ao nosso favor para lutar pelo acesso de todos à cultura foi alcançado. Grande parte do que foi conquistado hoje, tanto através do Conselho Nacional de Política Cultural quanto ao desenvolvimento das políticas culturais nacionais, se deu pela análise do passado dos outros conselhos, ou aproveitaram-se modelos que tiveram uma tentativa de implementação mal sucedida, ou ainda visto que uma proposta não obteve frutos ou ainda se fazia carente, tentou-se suprir a carência e não errar da mesma forma que aconteceu no passado.

REFERÊNCIAS

1 – Livros, artigos e trabalhos

BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença**. Políticas culturais no Brasil. Salvador: UFBA, 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

CALABRE, Lia. **Conselhos de Cultura**. Coleção Política e Gestão Culturais. Secretaria de Cultura Bahia. Salvador, Bahia. 2013.

_____. **Conselhos de cultura no Brasil: algumas questões**. In: RUBIM, Albino; TAIANE, Fernandes e RUBIM, Iuri (org.) **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult_8_RI.pdf

_____. **Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura**. Intellèctus: revista eletrônica, Rio de Janeiro, ano 5, vol. 2, 2006. Disponível em: http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/466/3/FCRB_LiaCalabre_Intelectuais_e_PoliticaCultural.pdf. Acesso em 28/06/2017

_____. **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, p. 9-21, 2005.

_____. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. **Políticas culturais no governo militar: o Conselho Federal de Cultura**. XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil: 1967-1970**. 2008.

_____. **O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº37. 2006.

CANEDO, Daniele Pereira. **Cultura, Democracia e Participação Social.** 2005

Coligação Lula Presidente (2002). **A imaginação a serviço do país. Programa de Políticas Públicas de Cultura.** São Paulo: Comitê Lula Presidente, 2002.

DUARTE, Maria Eunice; DUARTE, Renata. **Conselho Nacional de Cultura x Conselho Federal de Cultura: Uma análise comparativa dos colegiados.** História Unicap, v. 1, n. 2, jul./dez. de 2014 Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dialnet-ConselhoNacionalDeCulturaXConselhoFederalDeCultura-5615885.pdf>

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e gestão pública.** Ciências Sociais Unisinos 42(1):5-11, jan/abr 2006 @ 2006 by Unisinos. Volume 42, número 1 (2006). Janeiro/ Abril. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/issue/view/17

LUSTOSA, Lilian. **Política cultural e a atuação do Conselho Nacional de Cultura (1961 - 1964).** Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_LilianAraripeLustosa_da_Costa_Politica_cultural_e_a_atuacao_do_Conselho_Nacional_de_Cultura.pdf

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. **A instituição conselho e democracia: Na história do Brasil e no conselho nacional de política cultural.** 2013.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

REIS, Ana Carla Fonseca; CARLA, Ana. **Marketing cultural e financiamento da cultura**. Brazil, Thomson, 2003.

RIBEIRO, Monike Garcia. **Paschoal Carlos Magno (1962-1964) e o Conselho Nacional de Cultura durante o Brasil contemporâneo: Uma abordagem de Política Cultural e Memória Social**. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Monike-Garcia-Ribeiro.pdf>

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. **Políticas culturais no governo Dilma**. 2015.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. **As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento**. Sociedade e Estado, v. 29, n. 1, p. 199-224, 2014.

2 – Leis, decretos e portarias

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.html

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

_____. Decreto do Conselho de Ministros nº 771, de 23 de Março de 1962. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-771-23-marco-1962-353623-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____. Decreto nº 20.760, de 7 de Dezembro de 1931. Aprova o Convênio celebrado em 30 de novembro de 1931, entre os Estados produtores de café, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20760-7-dezembro-1931-511737-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____. Decreto nº 50.293, de 23 de Fevereiro de 1961. Cria o Conselho Nacional de Cultura e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50293-23-fevereiro-1961-390034-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____. Decreto nº 60.237, de 17 de Fevereiro de 1967. Dispõe sobre a instalação e funcionamento do Conselho Federal de Cultura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60237-17-fevereiro-1967-400967-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____. Decreto-Lei nº 14, de 25 de novembro de 1937. Disponível em : <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152520>

_____. Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10074.html

_____. Decreto-Lei nº 526, de 1º de Julho de 1938 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____. Decreto-Lei nº 5.982, de 10 de novembro de 1943. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5982-10-novembro-1943-416061-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____. Portaria nº 28, de 19 de março de 2010.

3 – Sites

CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Portal**. Disponível em: <<http://cultura.bancodobrasil.com.br/portal/>>. Acesso em: 26 jul. 2017

COLEGIADO DE ARQUIVOS CNPC. **Início**. Disponível em: <<http://arquivoscnpic.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2017

COLEGIADO DE ARTESANATO – CNPC. **Início**. Disponível em: <<http://colegiadoartesanatocnpic.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2017

COLEGIADO SETORIAL DE ARTE DIGITAL. **Início**. Disponível em: <<http://cultura.digital.br/artedigital/tag/cnpc/>>. Acesso em: 26 jul. 2017

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.condeca.sp.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 25 jul. 2017

FGV CPDOC. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>>. Acesso em: 24 jul. 2017

FGV CPDOC. **Conselho Federal de Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/ConselhoComercioExterior>>. Acesso em: 10 mai. 2017

FGV CPDOC. **Conselho Técnico de Economia e Finanças**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/ConselhoFinancas>>. Acesso em: 10 mai. 2017

FGV CPDOC. **Paschoal Carlos Magno**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paschoal_carlos_magno>. Acesso em: 24 jul. 2017

FUNARTE. **Nelson Rodrigues**. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/brasil/memoriadasartes/acervo/nelson-rodrigues/biografia-de-nelson-rodrigues/>>

FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS. **Centro de Cultura Raul de Leoni**. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/turismo/atrativos/19-centro-historico-abertos-a-visitacao/60-centro-de-cultura-raul-de-leoni>>. Acesso em: 26 jul. 2017

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Arthur César Ferreira Reis**. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acfreis.html>>. Acesso em: 25 jul. 2017

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Comitê de Integração de Políticas Culturais se reúne em Brasília**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/>>

/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/comite-de-integracao-de-politicas-culturais-se-reune-em-brasilia/10883/>. Acesso em: 26 jul. 2017

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Encontro reuniu 1,7 mil participantes, sendo a maioria homens.** Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/destaque-3cnc-/asset_publisher/gTPxnPS4SdbT/content/encontro-reuniu-1-7-mil-participantes-sendo-a-maioria-homens/10907>. Acesso em: 5jun. 2017

MINISTÉRIO DA CULTURA. **MinC realiza plenária do Conselho Nacional de Política Cultural.** Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/minc-realiza-plenaria-do-conselho-nacional-de-politica-cultural/10883>. Acesso em: 26 jul. 2017

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura será revisto.** Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/plano-nacional-de-cultura-sera-revisto/10883>. Acesso em: 7 jun. 2017

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plataforma do CNPC amplia transparência e participação social.** Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/plataforma-do-cnpc-amplia-transparencia-e-participacao-social/10883>. Acesso em: 5 jun. 2017

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Relatórios de adesão ao SNC.** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/snc/situacao-dos-estados-e-municipios>>. Acesso em: 7 jun. 2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CNE - Histórico.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14306:cne-historico&catid=323:orgaos-vinculados>. Acesso em: 23 mai. 2017

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **História do CNS.** Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/apresentacao/historia.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2017

O GLOBO. **MinC: um ministério à deriva em meio a tempestades do governo Temer.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/minc-um-ministerio-deriva-em-meio-tempestades-do-governo-temer-21485901>>. Acesso em: 28 jun. 2017

PREFEITURA DE SÃO PAULO. CME – **Conselho Municipal de Educação.** Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/educacao/cme/historia/index.php?p=434>>. Acesso em: 25 jul.2017

ANEXOS

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

ACORDO DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA						
REGIÃO	ESTADOS E DF	ACORDOS ESTADOS E DF	%	TOTAL DE MUNICÍPIOS POR ESTADO	TOTAL DE MUNICÍPIOS NO SNC	%
CO	Distrito Federal	1		1	1	-
CO	Goiás *	1		246	78	31,7%
CO	Mato Grosso *	1		141	53	37,6%
CO	Mato Grosso do Sul *	1		79	62	78,5%
TOTAL REGIÃO CENTRO OESTE		4	100,0%	467	194	41,5%
N	Acre*	1		22	11	50,0%
N	Amapá *	1		16	4	25,0%
N	Amazonas *	1		62	12	19,4%
N	Pará*	1		144	85	59,0%
N	Rondônia *	1		52	14	26,9%
N	Roraima *	1		15	9	60,0%
N	Tocantins*	1		139	50	36,0%
TOTAL REGIÃO NORTE		7	100,0%	450	185	41,1%
NE	Alagoas *	1		102	26	25,5%
NE	Bahia *	1		417	198	47,5%
NE	Ceará *	1		184	146	79,3%
NE	Maranhão *	1		217	124	57,1%
NE	Paraíba *	1		223	89	39,9%
NE	Pernambuco *	1		185	68	36,8%
NE	Piauí *	1		224	68	30,4%
NE	Rio Grande do Norte *	1		167	86	51,5%
NE	Sergipe *	1		75	22	29,3%
TOTAL REGIÃO NORDESTE		9	100,0%	1794	827	46,1%
SE	Espírito Santo *	1		78	32	41,0%
SE	Minas Gerais *	1		853	284	33,3%
SE	Rio de Janeiro *	1		92	68	73,9%
SE	São Paulo *	1		645	226	35,0%
TOTAL REGIÃO SUDESTE		4	100,0%	1668	610	36,6%
S	Paraná *	1		399	144	36,1%
S	Rio Grande do Sul *	1		497	213	42,9%
S	Santa Catarina *	1		295	211	71,5%
TOTAL REGIÃO SUL		3	100,0%	1191	568	47,7%
TOTAL BRASIL		27	100,0%	5570	2384	42,8%

*Inclusive Capital

Atualizado em 26/06/2017

OBS: O quantitativo referente ao total de municípios no SNC abrange apenas aqueles que possuem Acordo de Cooperação Federativa publicado no Diário Oficial da União e vigentes na presente data.

Fonte: Ministério da Cultura – Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1430978/2017.07.28+-+Quantitativo+de+Munic%C3%ADpios+e+Estados.pdf/451fa190-d95a-4deb-b879-a60f5f34b6db>

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

ACORDO DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA		
<i>Atualizado em 26/06/2017</i>		
REGIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
CENTRO-OESTE	4	194
NORTE	7	185
NORDESTE	9	827
SUDESTE	4	610
SUL	3	568
TOTAL	27	2384

SITUAÇÃO DOS ESTADOS	
REGIÃO CENTRO-OESTE	
DISTRITO FEDERAL	
DISTRITO FEDERAL	Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 17, em 07/02/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)
GOIÁS	
ESTADO DE GOIÁS	Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 10, em 07/03/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)
MATO GROSSO	
ESTADO DO MATO GROSSO	Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 10, em 07/03/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

Fonte: Ministério da Cultura – Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1430978/2017.07.28+-+Situa%C3%A7%C3%A3o+dos+Estados+com+acordo.pdf/db7f6874-0756-403f-b1fd-1118091ca4ec>

MATO GROSSO DO SUL

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 10, em 07/03/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

REGIÃO NORTE**ACRE**

ESTADO DO ACRE

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 14, em 18/04/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

Observação: Lei nº 2.312 de 25 de outubro de 2010 - Institui o Sistema Estadual de Cultura

AMAPÁ

ESTADO DO AMAPÁ

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 14, em 18/04/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

Observação: Lei Ordinária nº 2.137, de 02/03/17 - Institui o Sistema Estadual de Cultura

AMAZONAS

ESTADO DO AMAZONAS

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU. Inclusão de vigência indeterminada pub. na seção 3, página 15, em 02/15/2015. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

PARÁ

ESTADO DO PARÁ

13 - Acordo aguardando renovação

RONDÔNIA

ESTADO DE RONDÔNIA

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 14, em 18/04/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

Observação: Lei nº 2.746 de 18 - Institui o Sistema Estadual de Cultura

RORAIMA

ESTADO DE RORAIMA

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU. Inclusão de vigência indeterminada pub. na seção 3, página 15, em 02/15/2015. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

Observação: Lei nº 2.746 de 18 de maio de 2012 - Institui o Sistema Estadual de Cultura

TOCANTINS

ESTADO DO TOCANTINS

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 10, em 07/03/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

REGIÃO NORDESTE**ALAGOAS**

ESTADO DE ALAGOAS

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 14, em 12/12/2014. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

BAHIA

ESTADO DA BAHIA

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 14, em 11/04/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

Observação: Lei nº 12.365 de 30 de novembro de 2011 - Institui o Sistema Estadual de Cultura

CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 10, em 07/03/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

Observação: Lei nº 13.811 de 16 de agosto de 2006 - Institui o Sistema Estadual de Cultura.

MARANHÃO

ESTADO DO MARANHÃO

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 10, em 07/03/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

PARAÍBA	
ESTADO DA PARAÍBA	Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU. Inclusão de vigência indeterminada pub. na seção 3, página 15, em 02/15/2015. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)
PERNAMBUCO	
ESTADO DE PERNAMBUCO	Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 13, em 26/02/2014. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)
PIAUI	
ESTADO DO PIAUI	Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU. Inclusão de vigência indeterminada pub. na seção 3, página 15, em 02/15/2015. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)
RIO GRANDE DO NORTE	
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 10, em 07/03/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)
SERGIPE	
ESTADO DE SERGIPE	Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 18, em 25/06/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)
REGIÃO SUDESTE	
ESPÍRITO SANTO	
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 10, em 07/03/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)
MINAS GERAIS	
ESTADO DE MINAS GERAIS	Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 17, em 15/01/2014. (Aguarda indicação de responsável na Plataforma)
RIO DE JANEIRO	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 18, em 07/05/2014. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

SÃO PAULO

ESTADO DE SÃO PAULO

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 18, em 07/11/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

REGIÃO SUL

PÁRANÁ

ESTADO DO PARANÁ

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 22, em 14/12/2012. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

RIO GRANDE DO SUL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 17, em 05/03/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Acordo de Publicação publicado no DOU, seção 3, página 10, em 07/03/2013. (Aguarda atualização de indicação de responsável na Plataforma)

Fonte: Ministério da Cultura – Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1430978/2017.07.28+-+Situa%C3%A7%C3%A3o+dos+Estados+com+acordo.pdf/db7f6874-0756-403f-b1fd-1118091ca4ec>